



Sindicato dos
JORNALISTAS
PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO

Jornalistas de São Paulo e a ditadura

Relatório da Comissão da **Verdade, Memória e Justiça**
do Sindicato dos **Jornalistas** Profissionais no Estado de **São Paulo**

Jornalistas de São Paulo e a ditadura

Relatório da Comissão da **Verdade, Memória e Justiça**
do Sindicato dos **Jornalistas** Profissionais no Estado de **São Paulo**

Jornalistas de São Paulo e a ditadura

Relatório da Comissão da
Verdade, Memória e Justiça
do Sindicato dos Jornalistas
Profissionais no Estado de São Paulo

**São Paulo
2017**



Sindicato dos
JORNALISTAS
PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE **SÃO PAULO**



2017 – Comissão da Verdade, Memória e Justiça do
Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a
fonte.

Organização: Décio Trujilo Jr. e Thiago Tanji

Coordenação: Milton Bellintani

Colaboração: Laura Capriglione

Edição: Flaviana Serafim Vieira

Projeto gráfico e diagramação: Victor Paoluk

Fotos: Arquivo/SJSP e André Freire (Capítulo 2)

Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo
Rua Rego Freitas nº 530- Sobreloja – República
CEP 01220-010 – São Paulo – SP
Telefone (11) 3217-6299
jornalista@sjsp.org.br
www.sjsp.org.br

■ | Apresentação

Neste momento em que o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo completa 80 anos, lançamos o relatório sobre os jornalistas vitimados pela ditadura militar, reafirmando nosso compromisso inquebrantável com a democracia, com as liberdades de imprensa, de expressão e de organização política, com a soberania popular e com o direito à verdade.

Uma das decisões do Congresso Estadual do Sindicato, em 2012, foi formar uma Comissão da Verdade para reunir depoimentos e consolidar as informações relativas a jornalistas vítimas da ditadura nascidos ou que trabalharam em São Paulo. Seria uma contribuição de nosso sindicato para a histórica missão de levantar o véu de mentiras e impunidade em relação aos crimes do período.

O companheiro Milton Bellintani, jornalista reconhecido e militante de décadas em defesa dos direitos humanos, aceitou a tarefa de coordenar a comissão. Fez seu trabalho com dedicação, organizou as pesquisas e conduziu as entrevistas retratadas neste relatório. O resultado seria entregue em 2015 e estava quase concluído, quando, infelizmente, Milton nos deixou. Graças à ajuda de Silvia Bellintani, sua companheira, conseguimos recuperar parte do relatório, concluído afinal com a colaboração dos jornalistas Décio Trujillo Jr. e Thiago Tanji.

As Comissões da Verdade, em que pesem suas limitações, foram um passo positivo impulsionado pelo governo de Dilma Rousseff para o esclarecimento de um passado nebuloso. No entanto, após o golpe de Estado que conduziu Michel Temer à Presidência, em 2016, o cenário político nacional mudou radicalmente e iniciamos um período de regressão, com uma forte ofensiva contra a soberania nacional, a democracia e os direitos sociais e trabalhistas. Por isso, a publicação deste relatório, no atual momento, constituiu-se também num ato de resistência.

Resistimos porque não desistiremos nunca de apurar os crimes da ditadura militar brasileira, tarefa essencial para estabelecer uma verdadeira democracia. Apurar, para nós, significa também punir os criminosos, pois os crimes de tortura e assassinatos nos porões do regime militar são imprescritíveis à luz do direito internacional, e a identificação e punição criminal dos responsáveis fazem parte da construção de um futuro de soberania popular em nosso país. A questão é de atualidade marcante: basta pensarmos na escabrosa exaltação de ex-torturadores nas manifestações dos golpistas em 2016.

Resistimos, pois não podemos aceitar a sobrevivência da herança deixada pelos Anos de Chumbo, como a existência das polícias militares, criadas

pelos ditadores e mantidas pela Constituição de 1988. A militarização da polícia se opõe, na prática, ao respeito à liberdade de manifestação que o Estado deveria garantir a todos os cidadãos. Para as Polícias Militares, os movimentos populares e sindicais são inimigos, tratados com espionagem, desconfiança e repressão.

A falta de apuração dos crimes do regime militar e a proteção aos criminosos encobertos pelo aparelho de Estado, desde a redemocratização, permitiram a manutenção de estruturas e de práticas de violação dos direitos humanos que hoje se espalham pelo território nacional, na forma de torturas e assassinatos em massa nas delegacias e prisões brasileiras e também nas periferias. Trabalhamos e lutamos para mudar esta realidade.

Uma condição elementar para avançar nessa luta democrática é procurar a verdade e dizê-la. É o que nos propusemos fazer quando constituímos nossa Comissão da Verdade. Mesmo com limitações, mesmo com seus poucos recursos, mesmo com os infortúnios inerentes à vida humana, ela desenvolveu seu trabalho, que agora compartilha com o público. O que esperamos é que essa contribuição, ainda que modesta, se some às inúmeras iniciativas populares que enfrentam o retrocesso em curso, e que, juntas, engrossem a luta pelo estabelecimento pleno da democracia e de um regime no qual prevaleça os interesses da imensa maioria de nosso povo.

Abril de 2017

Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

Apresentação	5
Dos porões da ditadura ao exílio na democracia	8
Homenagem a Milton Bellintani, por Laura Capriglione	11
Capítulo 1	14
Jornalistas mortos e desaparecidos	
Capítulo 2	41
Audiências públicas e entrevistas realizadas	
Capítulo 3	60
Perseguição a jornalistas no pós-ditadura: jornalistas assassinados e os exílios de Caco Barcellos, André Caramente e Mauri Konig	
Capítulo 4	70
Lugares de memória e consciência	
Capítulo 5	72
Conclusões e recomendações	
Capítulo 6	75
116 livros de jornalistas ou sobre jornalismo que abordam o período da ditadura de 1964-1985	
Anexos	82

Dos porões da ditadura ao exílio na democracia

Poucas categorias profissionais são perseguidas pelos regimes ditatoriais em razão de sua atividade como o jornalista. É da natureza das ditaduras ser inimigas da imprensa livre pela simples razão de que elas têm muito a esconder, e como sua prática política é garantida pela violência, jornalistas e veículos que denunciam o regime são alvos preferenciais do arbítrio.

Não foi diferente no Brasil durante o regime militar. Apesar dos registros imprecisos e obscuros e de documentação destruída ou ocultada, sabe-se que dezenas de jornalistas foram mortos no país entre 1964 e 1985 e centenas foram arbitrariamente presos e torturados, em muitos casos, sem nenhuma denúncia formal. A Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo lista 25 casos de profissionais assassinados pela ditadura, dos quais 18 jamais foram encontrados.

É certo que parte desses jornalistas atuava em organizações de oposição ao regime, mas sua condição era considerada agravante. Além disso, em muitos jornais, rádios e revistas, os próprios patrões agiam como agentes do sistema. O caso mais famoso é do *Grupo Folha*, que cedeu pessoal e carros para a Operação Bandeirante utilizar na busca e captura de opositores do regime. Caminhonetes da empresa eram vistas frequentemente no pátio do DOI-Codi. Depois de 40 anos de silêncio, em 2011 a Folha negou timidamente a prática, afirmando “desconhecer” o uso de seus veículos para tais fins. Pesa ainda contra o grupo o fato de ter demitido três jornalistas por “abandono de emprego” no período em que estavam presos pela repressão: Rose Nogueira, Sérgio Gomes e Vilma Amaro.

Vladimir Herzog é o exemplo acabado de jornalista que morreu em razão de sua profissão. Vlado não pertencia a nenhum grupo revolucionário nem era dirigente partidário. Membro da base do Partido Comunista Brasileiro, sua atuação resumia-se a fazer parte de um grupo de jornalistas.

Passou a ser perseguido por figuras da periferia do regime, os conhecidos sabujos que se prestam a atividades como delações e intrigas. Da Assembleia Legislativa, Herzog era acusado por deputados como José Maria Marin e Wadih Helou de utilizar a TV Cultura para fazer propaganda comunista. Como prova, citavam reportagens de cunho social que a rede mandava ao ar.

Vlado foi intimado e apresentou-se ao DOI-Codi na manhã de 25 de outubro de 1975. Submetido à tortura, morreu no mesmo dia. Durante o suplício, seus algozes queriam que dissesse quem eram os outros jornalistas do Partidão. Naquele momento, outros 11 profissionais de imprensa estavam presos na casa da rua Tutóia. Para muitos companheiros, a morte de Herzog salvou vidas, pois a repercussão de seu assassinato obrigou o regime a recuar. Já nos dias seguintes, vários presos foram soltos.

A morte de Vladimir Herzog provocou uma reação inesperada. Primeiro a família e logo colegas de trabalho se ergueram para denunciar o crime. Dias depois, os líderes religiosos rabino Henry Sobel, cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e reverendo James Wright, da Igreja Presbiteriana, realizaram ato

ecumênico por Vlado na catedral da Sé que reuniu mais de 8 mil pessoas e chamou a atenção do país para a prática da tortura.

Ao mesmo tempo, o Sindicato dos Jornalistas de Profissionais no Estado de São Paulo promoveu a redação de um manifesto que atraiu mais de mil profissionais de todo o Brasil cobrando esclarecimento sobre a morte de Vlado. O texto teve que ser publicado na forma de anúncio pago, porque os grandes veículos de comunicação se recusaram a noticiar. Pela primeira vez em anos, a sociedade se colocava publicamente contra o regime. O movimento influenciaria o processo de distensão que caminhava até então a passos lentos no governo de Ernesto Geisel.

Os avanços da abertura, no entanto, mudavam de rumo e de ritmo de acordo com o jogo de forças dentro do governo e as reações da sociedade. Um dos freios no processo foi a ascensão de Armando Falcão ao Ministério da Justiça, cuja atuação foi marcada pelo esforço em conter o crescimento eleitoral da oposição com medidas de restrição à liberdade de informação.

No interior do regime, crescia o descontentamento de setores das Forças Armadas com a possibilidade da redemocratização. Em 1977, houve a tentativa de golpe dentro do golpe liderada pelo general Sílvio Frota. A quartelada foi desfeita, Frota caiu em desgraça, mas grupos de militares insatisfeitos alinhados com o “combate ao comunismo” começaram a se organizar e o resultado apareceria a partir de 1978, tendo a imprensa novamente como alvo.

Veículos alternativos, que sempre viveram sob ameaças, passaram a ser alvo de atentados. O jornal *Em Tempo*, que havia publicado reportagem com uma lista de nomes de torturados, teve as redações de Belo Horizonte e São Paulo atacadas. Bombas foram atiradas nas sede da *Tribuna da Imprensa* e da *Hora do Povo*, ambas no Rio de Janeiro, e no Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais. Redações eram invadidas e depredadas.

A partir de 1979, somaram-se aos alvos as bancas que vendiam jornais alternativos. Em dois anos foram registrados mais de 30 ataques contra jornalheiros. Os donos de bancas eram ameaçados por figuras que apareciam de repente. Alguns pontos de venda passaram a anunciar em cartazes que não vendiam publicações como *Em Tempo*, *Pasquim* e *Movimento*.

A redemocratização encerraria o período de perseguição estatal, prisões clandestinas, torturas e desaparecimentos, mas o ofício de jornalismo não deixou de ser uma atividade de risco. O Brasil se mantém entre os países em que mais morrem jornalistas no mundo democrático. Desde o assassinato de Vladimir Herzog, 45 profissionais brasileiros foram assassinados em razão de sua atividade profissional. Nos últimos 20 anos, as mortes superam as do período da ditadura.

O ambiente hostil dos últimos anos, estimulado pela grande mídia, resultou em agressões a profissionais na cobertura de manifestações favoráveis e contrárias ao movimento que derrubou a presidente Dilma Rousseff. Os jornalistas passaram a ser vistos nas ruas como agentes da manipulação promovida pelas empresas de comunicação e se tornaram alvo fácil do ódio de ambos os lados.

Ao mesmo tempo, as polícias militares receberam salvo conduto de

seus comandos para agir com truculência contra os repórteres que trabalhavam nessas manifestações. E diferentemente dos Anos de Chumbo, quando parte das companhias saía em defesa de seus empregados com a alegação da proteção da liberdade de imprensa, hoje elas silenciam sobre isso.

Por fim, o próprio aparato oficial investe contra a categoria. Do Judiciário, partem ações abusivas de quebras de sigilo, intimações indevidas, detenções ilegais, processos com claro desvio de foco para obtenção de informações preservadas pelo sigilo da fonte.

As tentativas de censura se repetem sob justificativas legais, especialmente em razão da multiplicação de sítios na internet mantidos ou alimentados por profissionais de imprensa. E há o caso em que um parlamentar, o coronel PM da reserva Paulo Adriano Telhada, deputado estadual em São Paulo, estimulou a perseguição ao jornalista André Caramante como reação a reportagens que denunciavam a truculência policial.

Caramante passou a ser ameaçado nas redes sociais, inclusive por pessoas que se apresentavam como policiais da ativa e da reserva, ou seus familiares. O jornalista se viu obrigado a sair do país com a família como forma de se proteger. Nada foi feito para responsabilizar o coronel deputado. Nas palavras de Milton Belintani, coordenador da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, estava criada a figura do “exílio na democracia”.

■ Homenagem a Milton Bellintani

Por Laura Capriglione – Jornalistas Livres

Milton Bellintani foi amigo delicado, discreto, sábio e generoso, que logo na infância percebeu que sua vida seria a sua própria obra. Jornalista e professor, Milton encontrou na defesa dos direitos humanos a razão de existir.

Ainda criança, herdou a dor da tortura que os algozes da ditadura aplicaram no corpo do pai, Milton Bellintani como ele. “Eu sempre me senti parte dessa história, embora fosse apenas um menino”, lembrava-se.

O pai era incumbido de garantir o mínimo necessário à sobrevivência do Comitê Central do PCB (Partido Comunista Brasileiro), então na clandestinidade. Foi o quanto bastou para que os cães do regime invadissem com metralhadoras engatilhadas a imobiliária de onde saía o sustento da família.

Levado ao porão do DOI-Codi, na rua Tutóia, bairro paulistano do Paraíso, Milton-pai conheceu a sucursal do inferno nas mãos de torturadores. Ao sair de lá, a vida se havia transformado em uma “espiral de decadência”, nas palavras do filho.

Em um quadro de depressão severa e crônica, o homem se livrara da dor física, mas persistiam os pesadelos. Tão intensos que a mãe foi obrigada a interná-lo em clínica de tratamento para tentar resgatá-lo da dependência de álcool e do buraco abissal da existência para sempre atormentada.

Como o cirurgião que tenta lancetar, em si mesmo, sem anestesia, ferimento doloroso, Milton-filho entrou de cabeça na tentativa de entender o que aconteceu no Brasil sob a ditadura – era a chave do seu próprio drama familiar. “Eu já ouvi que eu teria uma obsessão pelo passado para tentar transformar meu pai em herói [e assim] aceitar que ele era mais do que apenas um bêbado”, disse, com desconcertante sinceridade, em um depoimento na Clínica do Testemunho, projeto mantido pelo Instituto Sedes Sapientiae, de saúde mental, educação e filosofia.

Alai Diniz, professora de redação de Milton em 1976, em plena ditadura, recebeu uma carta comovente do aluno em 2015. Gratidão – é disso que tratava o texto. “Tenho memória fora da curva. Não esqueço nada. Você se espantaria com a minha capacidade de descrever/reviver as aulas. Você foi uma professora marcante. Significou alguns divisores de águas na minha vida: a descoberta da paixão pela escrita, rigor com a ação em lugar de voluntarismo. Uma vez me disse a seguinte frase: ‘As pessoas não entram para a História pelo que pensam e sim pelo que fazem’. Isso me tirou da zona de conforto.”

A professora, ela mesma, havia sido presa política em 1975. Injustiça sobre injustiça, foi então demitida do serviço público. Alegaram abandono de emprego por conta das 36 faltas às aulas, mesmo sabendo o porquê delas. Restou-lhe lecionar em escola particular. “Fiquei surpresa com a mensagem de Milton Bellintani quando me encontrou virtualmente, pois sua sala teria mais de 60 estudantes... Era um auditório, e nosso único elo eram suas redações que eu lia e corrigia. Entretanto, pra ele, sedento e com uma história de

vida peculiar para o contexto, foi o suficiente para enaltecer o meu trabalho... Eu lhe agradeço muito, mas sei que a chispa que talvez eu tenha ajudado a acender já flamejava dentro de sua alma, e o que ele atribuiu a mim foi apenas um encontro do que ele já levava em seu interior...”

Sinceridade, jornalismo e reportagem com foco na verdade, memória e justiça. Foi assim que Milton Bellintani tornou-se um campeão dos direitos humanos. E um grande repórter.

O amigo Adriano Diogo, militante do PT e ex-presidente da Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva”, lembra-se de Milton aliar a paixão pelo futebol ao tema de sua vida – a ditadura. “Milton tinha uma cultura enciclopédica, apesar de jovem. Pouca gente no mundo conhecia como ele os vínculos sinistros unindo futebol e ditadura. Ele era um apaixonado por cinema. Pois ele foi buscar um filme lá no Chile para mostrar como a ditadura brasileira, usando o futebol, foi em socorro de Augusto Pinochet, que tinha acabado de dar o golpe no [socialista] Salvador Allende.”

Corria o mês de novembro de 1973, ativistas do movimento popular ainda estavam presos no Estádio Nacional, que os militares chilenos haviam transformado em uma gigantesca prisão. Nesse lugar, se realizaria o jogo entre a seleção chilena e a soviética, para ver quem ficaria com uma vaga na Copa do Mundo de 1974. Só que a União Soviética resolveu boicotar a partida – alegou que não poderia jogar no gramado manchado de sangue. E então, para minorar o vexame chileno, o governo brasileiro providenciou o envio do time do Santos para jogar no Estádio Nacional.

“Milton Bellintani trouxe esse filme, mostrando as pessoas ainda presas, quando houve o jogo, vencido pelo Santos por um placar de 5 a 0. Toda a Federação Paulista estava implicada no esquema de apoio à ditadura chilena. Foi uma grande demonstração do entrelaçamento do futebol com a ditadura, que se tornaria um dos focos de atenção de Milton.”

Também foi Milton quem descobriu o fotógrafo Sérgio Vital Tafner Jorge, da extinta revista *Manchete*, que saiu em 4 de novembro de 1969, para cobrir, no Estádio do Pacaembu, o jogo entre Corinthians e Santos. De lá, o fotógrafo foi direto para a Alameda Casa Branca, onde o militante comunista Carlos Marighella acabara de ser assassinado pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS. O fotógrafo jurava de pés juntos que aquela foto oficial, mostrando o corpo de Marighella jogado nos fundos do carro, morto, era uma cena montada pela equipe do delegado Fleury. Que não foi daquele jeito.

Todos os amigos de Milton lembram-se dele como uma usina de ideias e projetos. E foi assim que ele se tornou diretor do Núcleo de Preservação da Memória Política, e um parceiro inestimável do Memorial da Resistência de São Paulo.

Também foi coordenador do curso de complementação universitária “Descobrir São Paulo – Descobrir-se Repórter”, do Projeto Repórter do Futuro, e foi ombudsman do jornal *Contraponto*, jornal-laboratório da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Além disso, atuou em projetos de comunicação da Fundação Kellogg e desenvolveu projetos para a inclusão de pessoas com deficiência.

No último período de vida, Milton foi coordenador da Comissão da Verdade e Justiça do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. O seu relatório final, deixado em seu computador com a maior parte realizado, quando um infarto suspendeu à força a infatigável disposição de trabalho de Milton, é o que se apresenta a seguir.

Nos 80 anos do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, divulgar os achados de Milton Bellintani é a melhor homenagem que se pode fazer a um homem-menino que consagrou sua vida à defesa apaixonada da verdade, da democracia, dos direitos humanos e da liberdade.

Que sejamos capazes de honrar sua vida-obra!



Capítulo 1

Jornalistas mortos e desaparecidos

A relação de nomes que consta nesse relatório foi elaborada a partir do informe *A Imprensa Torturada e Assassinada*, do jornalista Luiz Antonio Maciel. As biografias dos jornalistas mortos e desaparecidos pela ditadura civil-militar foram escritas com o auxílio de documentos obtidos pelo Centro de Documentação Eremias Delizoicov e pela Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos. Os dados biográficos referentes a Jane Vanini, Lincoln Cordeiro Oest e Nestor Veras foram coletados do *Dossiê - Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil*, publicação que também pertence ao Centro de Documentação Eremias Delizoicov.

■ Antônio Benetazzo



Estudante de Filosofia e Arquitetura na Universidade de São Paulo (USP), foi um dos idealizadores do *Amanhã*, um dos primeiros jornais da imprensa alternativa durante o período ditatorial – Eduardo Merlino, que também foi assassinado pela repressão, era um dos jornalistas do periódico. Nascido na cidade italiana de Verona, em 1941, Benetazzo foi educado por seus pais segundo os ideais da luta contra o nazismo e o fascismo. Mudou-se para o Brasil em seus primeiros anos de vida e, na adolescência, teve participação em movimentos populares e estudantis.

Ainda estudante secundarista, ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e depois participou ativamente dos Centros Populares de Cultura (CPC) e da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Benetazzo foi presidente do Centro Acadêmico de Filosofia da USP e professor de História em cursos pré-vestibulares. Em 1967, deixou o PCB e ingressou na Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella. Viajou a Cuba, em 1971, para a realização de cursos de formação política e de combate. Junto de outros brasileiros, formou uma nova organização política, o Movimento de Libertação Popular (Molipo), e trabalhou como redator do jornal do grupo.

Preso em 28 de outubro de 1972, Benetazzo foi torturado ininterruptamente durante dois dias no Departamento de Operações Internas-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) da cidade de São Paulo, instalado numa delegacia de polícia da Rua Tutóia, no bairro do Paraíso. Morreu no dia 30 de outubro, aos 31 anos de idade, em consequência de traumatismo cranioencefálico.

No dia 2 de novembro, os jornais divulgaram nota oficial dos órgãos de segurança informando que Benetazzo havia sido atropelado por um caminhão ao tentar fugir quando era levado por agentes da repressão para um encontro com companheiros de organização. Foi enterrado no Cemitério de Perus, em São Paulo, como indigente. Em 16 de janeiro de 1973, embora já morto e enterrado, teve a prisão decretada pela Segunda Auditoria de Guerra da Segunda Região Militar. Posteriormente, a família conseguiu resgatar seus restos mortais.

■ David Capistrano da Costa

Militante histórico do PCB, nasceu em 1913 na cidade cearense de Boa Viagem. Em 1935, quando era sargento da Aeronáutica, participou do levante que tentou derrubar o governo de Getúlio Vargas com uma rebelião de inspiração comunista. A participação no episódio resultou na expulsão das Forças Armadas e uma condenação, à revelia, a 19 anos de prisão – em 1945, foi anistiado. Capistrano também participou como combatente das Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola e da Resistência Francesa durante a ocupação nazista. Ficou preso em um campo de concentração alemão, mas foi libertado e regressou ao Brasil em 1941. Em 1947, foi eleito deputado estadual em Pernambuco.



Atuou na política pernambucana até 1964 e dirigiu os jornais *A Hora* e *Folha do Povo*. Com o golpe militar, passou para a clandestinidade e, em 1971, asilou-se na então Checoslováquia. Em 1974, ao retornar ao Brasil pela fronteira da Argentina, foi preso aos 61 anos de idade. Oficialmente, é considerado desaparecido.

A prisão de Capistrano está comprovada pelo documento número 203/187 do Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS/RJ). “Segundo anotações neste Departamento, em 16 de setembro de 1974, David Capistrano da Costa encontra-se preso há quatro meses, sendo motivo a Campanha da Comissão Nacional Pró-Anistia dos Presos Políticos”, diz o informe. Um relatório da Marinha também afirma que Capistrano foi preso na Unidade de Atendimento do Rocha, em São Paulo, possivelmente o Hospital Psiquiátrico de Franco da Rocha.

Responsável por acompanhar e participar das torturas nos órgãos de repressão do Rio de Janeiro, o ex-médico militar Amílcar Lobo disse para Maria Carolina, filha de Capistrano, que o jornalista havia sido o último preso a quem deu assistência durante as sessões de tortura nas instalações da Rua Barão de Mesquita. Já Cláudio Guerra, ex-delegado do DOPS de Vitória (ES), afirma no livro *Memórias de uma Guerra Suja* que pegou o corpo de Capistrano na “Casa da Morte”, em Petrópolis (RJ), e o levou até um forno da usina de álcool Cambahyba, no município fluminense de Campos dos Goytacazes, onde foi incinerado. O Complexo Agroindustrial de Cambahyba pertencia a Heli Ribeiro Gomes, vice-governador do estado do Rio de Janeiro entre 1967 e 1971.

■ Djalma Carvalho Maranhão



Nascido em Natal (RN), em 27 de novembro de 1915, e militante do PCB desde a década de 1930, era considerado um político nacionalista, carismático e democrata. No início do Estado Novo, criou na capital potiguar um jornal e um time de futebol. Expulso do PCB por divergências com a direção, filiou-se ao Partido Social Progressista, onde foi eleito deputado estadual e, depois, nomeado prefeito. Em 1958, foi suplente de deputado federal pela conservadora União Democrática Nacional (UDN) e, em 1960, tornou-se prefeito de Natal pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN).

Na carreira de jornalista, Maranhão foi revisor, repórter esportivo, repórter político, secretário de redação, diretor e proprietário dos jornais *Monitor Comercial*, o *Diário de Natal* e a *Folha da Tarde*. Como escritor, publicou livros como *O Brasil e a Luta Antiimperialista*, lançado em 1960.

Com o golpe de 1964, teve o mandato político cassado, foi preso e confinado na ilha de Fernando de Noronha. Libertado no fim de 1964, partiu para o exílio no Uruguai. Viveu em Montevidéu até 30 de julho de 1971, onde morreu, de parada cardíaca, aos 55 anos de idade. Julgado à revelia no Brasil, havia sido condenado a 18 anos de prisão. O corpo de Maranhão, acompanhado por uma grande multidão, foi sepultado no Cemitério do Alecrim, em Natal.

■ Edmur Péricles Camargo

Paulistano, nascido em 1914, ingressou no PCB em 1944 e dois anos depois iniciou seu trabalho no Sindicato dos Armadores do Rio de Janeiro. Posteriormente, em 1952, começou a exercer a profissão de jornalista em *A Tribuna Gaúcha*, órgão do Partido no Rio Grande do Sul. Entre 1951 e 1953, participou, no norte do Paraná, da chamada Revolta de Porecatu, uma luta de posseiros contra grandes proprietários de terra.

Com o golpe militar, exilou-se no Uruguai, só retornando ao Brasil como clandestino três anos depois. Voltou ao Rio Grande do Sul, em 1969, e criou a organização Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3-G), que mantinha contatos com a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Junto de outros integrantes do M3-G, foi indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM), em 1970, no Rio Grande do Sul.

Preso, foi para o Chile em 1971 junto de outros 69 presos políticos após uma troca com o embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado pelos grupos de luta armada em 7 de dezembro de 1970. Após o golpe militar contra presidente chileno Salvador Allende, em 1973, viajou com outros brasileiros para o Uruguai, de onde pretendiam regressar ao Brasil. No entanto, de acordo com Relatório do Ministério da Marinha, foi preso em 11 de junho de 1974 por autoridades brasileiras e argentinas quando o avião pousou em Buenos Aires e nunca mais foi visto.



■ Gilberto Olimpio Maria



Paulista de Marissol, nascido em março de 1942, militou no PCB e, posteriormente, no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Coursou Engenharia na Checoslováquia em 1961, e retornou ao Brasil dois anos depois para trabalhar no jornal *A Classe Operária*. No mesmo ano do golpe militar, casou-se com Victória Grabois, filha do comunista Maurício Grabois, e se mudou para Guaratinga, no Mato Grosso. O casal, junto de outros militantes, passou a organizar a resistência de camponeses contra a ditadura, projeto abandonado no ano seguinte, por problemas de segurança.

Viajou para a China em 1966 e, ao retornar ao Brasil, morou em vários locais até se fixar em Caianos, no interior de Goiás. Na Guerrilha do Araguaia, liderou o Destacamento C, junto com Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina. Relatório do Ministério da Marinha revela que foi morto em 25 de dezembro de 1973, durante ataque das Forças Armadas contra o acampamento guerrilheiro, na Serra das Andorinhas (PA). Como seu corpo não foi encontrado, é considerado oficialmente desaparecido.

■ Hiran de Lima Pereira

Dirigente do PCB, nasceu na cidade potiguar de Caicó, em 1913. Em 1946, foi eleito deputado federal, obtendo uma das maiores votações do Partido, mas perdeu o mandato quando o registro partidário foi cassado. Em 1949, mudou-se para Recife, onde trabalhou como redator da *Folha do Povo*, órgão oficial do PCB de Pernambuco. No final da década de 1950, quando Miguel Arraes foi eleito prefeito de Recife, Hiran de Lima foi convidado a ser o secretário da Administração, cargo que manteve durante as duas gestões seguintes, de outros prefeitos. Paralelamente atuou como ator no Teatro Popular do Nordeste na peça *A Pena e a Lei*, de Ariano Suassuna.



O golpe de 1964 levou-o para a clandestinidade. Após permanecer inicialmente em Recife, mudou-se para o Rio de Janeiro e São Paulo como dirigente do PCB. Teria sido preso em janeiro ou abril de 1975, com 61 anos de idade, por agentes do Exército e do DOI-Codi de São Paulo, e nunca mais foi visto. É tido como desaparecido. A família acredita que seus ossos estejam entre aqueles que foram exumados do Cemitério de Perus.

■ Ieda Santos Delgado



Carioca nascida em 1945, estudou Direito na Universidade de Brasília (UnB) e participou dos protestos estudantis de 1968 contra a ditadura militar. Trabalhou no Ministério da Educação (MEC) e no Departamento Nacional de Produção Mineral, além de atuar como jornalista no suplemento literário do jornal *Tribuna da Imprensa*. Militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN), Ieda foi presa na cidade de São Paulo em 11 de abril de 1974, quando tentava buscar passaportes para um casal de companheiros da organização perseguidos pelos agentes da repressão.

Após receber uma ligação anônima informando que a jovem de 29 anos tinha sido presa pelo DOPS de São Paulo, a mãe de Ieda, Eunice, iniciou uma busca pela filha em delegacias, quartéis e no DOI-CODI paulista. Um mês após seu desaparecimento, a família recebeu uma carta de Ieda, informando que em breve se comunicaria – a postagem tinha o carimbo de Belo Horizonte e não contava com data. Outra carta foi enviada após um mês sem comunicação: exames grafológicos constataram que a letra, muito trêmula, era de Ieda. Essa foi a última notícia registrada da jovem, que é considerada desaparecida. Em busca de sua filha, Eunice escreveu cartas ao ministro da Justiça, Armando Falcão, e ao presidente brasileiro, general Ernesto Geisel, mas não obteve respostas.

■ Jane Vanini

Nascida em Mato Grosso, em 8 de setembro de 1945, mudou-se para para a cidade de São Paulo na década de 1960 para cursar Ciências Sociais na USP. Trabalhou como jornalista na Editora Abril, onde conheceu Sérgio Capozzi, que viria a ser seu primeiro marido. Em agosto de 1969, o casal passou a integrar a ALN, fazendo de sua residência o abrigo de Joaquim Câmara Ferreira, principal dirigente da organização após a morte de Carlos Mariella. Em abril de 1970, o casal foi identificado pelos órgãos de segurança do regime militar, mas os colegas da Editora Abril ajudaram Capozzi a fugir quando os agentes da Operação Bandeirante (OBAN) tentaram prendê-lo no local de trabalho. O casal, então, passou a viver na clandestinidade – em Cuba, Jane Vanini trabalhou na Rádio Havana.



Com a cisão da ALN, a jornalista passou a integrar o Molipo e regressou ao Brasil em setembro de 1971. Do chamado Grupo dos 28, nome dado aos fundadores do Molipo, Jane foi uma das 12 pessoas que conseguiram sobreviver após a sequência de prisões e mortes impostas pela repressão, entre novembro de 1971 e maio de 1973. Vanini foi para o Chile durante o governo de Salvador Allende, militando no Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Trabalhou na revista *Punto Final* até 1973, sob o nome de Gabriela Hernandez. Com o golpe militar, que derrubou Salvador Allende, recusou-se a deixar o Chile e novamente passou à clandestinidade.

No dia 6 de dezembro de 1974, após resistir sozinha por quatro horas durante uma ação da polícia chilena, foi ferida e presa. Foi apenas em 1980 que seu nome passou a constar da lista de desaparecidos brasileiros no Chile, já que seus companheiros no Brasil acreditavam que ela havia conseguido sobreviver. Após serem informadas da morte de Vanini, as irmãs preferiram contar aos pais, idosos, que a jornalista morrera do coração. Em dezembro de 1993, o governo chileno reconheceu sua responsabilidade pela morte da jornalista, determinando o pagamento de uma pensão a sua mãe. Seus restos mortais nunca foram localizados.

■ Jayme Amorim Miranda



Advogado e jornalista, nascido em julho de 1926 na cidade alagoana de Maceió, foi filiado ao PCB e diretor do jornal *Voz do Povo*, fechado após o golpe de 1964. Um relatório do Ministério do Exército afirmava que Miranda “esteve em Moscou e seu nome aparece numa lista de brasileiros que em 1974 transitaram pelo aeroporto de Orly/França, com destino aos países socialistas, com o nome falso de Juarez Amorim da Rocha”. De acordo com informações oficiais, foi preso no dia 4 de fevereiro de 1975 ao sair de casa, no bairro do Catumbi, Rio de Janeiro, e nunca mais foi visto.

De acordo com Olga Miranda, filha do jornalista, as informações obtidas pela família dão conta que o corpo de Jayme foi lançado em alto-mar.

Em entrevista à revista *Veja* na edição de 18 de novembro de 1992, o ex-agente do DOI-Codi. Marival Chaves, afirmou que Miranda foi preso na Operação Radar, uma das incursões dos agentes da repressão paulista ao Rio de Janeiro. O jornalista foi levado para a cidade de Itapevi, onde foi assassinado. Mesmo desaparecido, o Conselho Permanente de Justiça o absolveu em 1978, junto com vários outros presos políticos, por prescrição da pena.

■ Joaquim Câmara Ferreira

Sócio número 432 do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, nasceu em 5 de setembro de 1913, na capital paulista, e foi diretor de vários jornais do PCB, ao qual se filiou em 1933. Com o início do Estado Novo, em 1937, partiu para a clandestinidade. Detido pela polícia política de Getúlio Vargas em 1940, passou quase cinco anos na prisão – por conta das torturas sofridas, perdeu as unhas de suas mãos. Em 1946, Toledo, como também era conhecido, elegeu-se vereador em Jaboticabal, interior de São Paulo, mas perdeu o mandato com a cassação do registro do PCB.

Em 1964, foi preso por fazer uma conferência para operários em São Bernardo do Campo sobre o papel da imprensa na luta pelas reformas de base. Libertado pouco tempo depois, foi condenado à revelia a dois anos de reclusão. Participou da elaboração do Manifesto do Agrupamento Comunista de São Paulo, em 1967, que levou à criação da Ação Libertadora Nacional (ALN). Após o assassinato de Carlos Marighella, em novembro de 1969, Ferreira deixou Cuba e voltou ao Brasil para assumir o comando da organização revolucionária.

No dia 23 de outubro de 1970, por volta das 19h, Câmara Ferreira foi preso pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury no bairro de Moema. Levado para um sítio de propriedade de Fleury, foi assassinado após horas de tortura. A nota oficial do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (Dops-SP) atribuiu a morte do dirigente a problemas cardíacos resultante do fato de ter reagido à prisão e lutado com os policiais. Essa versão, entretanto, foi desmentida pela presa política Maria de Lourdes Rego Melo, que relatou a prisão de Toledo, a viagem ao sítio e a morte sob tortura. O corpo de Câmara Ferreira foi sepultado pela família no Cemitério da Consolação.



■ José Roberto Spiegner



Nascido em 1948, em Barra do Piraí, no Rio de Janeiro, Spiegner começou a atuar desde cedo no movimento estudantil, no Colégio Pedro II. Fez cursos de cinema e jornalismo e em 1966 passou em primeiro lugar no vestibular para a Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde atuou no Diretório Acadêmico. Na mesma época, ingressou no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e, em 1968, foi para a clandestinidade.

Dois anos depois, em 17 de fevereiro de 1970, foi morto com 22 anos de idade em suposto tiroteio com agentes do DOI-CODI do Rio de Janeiro. O laudo do Instituto Médico Legal (IML) indicava, no entanto, a presença de escoriações e lesões que indicavam sinais de tortura e execução pelos órgãos de repressão do Estado. Spiegner foi enterrado pela família no Cemitério Comunal Israelita de Vila Rosali, no Rio de Janeiro.

■ Lincoln Cordeiro Oest

Natural do Rio de Janeiro e militante comunista desde os 15 anos de idade, atuou no movimento operário e participou, como militar, do levante de novembro de 1935 contra o governo de Getúlio Vargas. Em 1946, foi eleito deputado estadual pelo Partido Comunista Brasileiro, sendo cassado em 1948, quando a sigla foi colocada na ilegalidade. Trabalhando como jornalista, fez parte da Comissão de Solidariedade a Cuba e organizou a Comissão Cultural Brasil-Coréia do Norte.

Logo após o golpe de 1964, seus direitos políticos foram cassados pelo decreto do primeiro Ato Institucional da ditadura militar.

Vivendo na clandestinidade, enfrentou uma primeira prisão em 1968, pelo DOPS de São Paulo, onde foi torturado e liberado após 18 dias por ausência de acusações. Integrante da Executiva do Comitê Central do PCdoB, foi novamente preso no dia 20 de dezembro de 1972, por agentes do DOI-CODI do Rio de Janeiro. Aos 65 anos de idade, foi torturado até a morte. O comunicado oficial da ditadura anunciava que Oest “foi morto ao tentar uma fuga na hora da prisão”. O corpo do militante foi reconhecido por sua filha, Vânia Moniz Oest, sendo sepultado no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, em 8 de janeiro de 1973.



■ Luiz Eduardo da Rocha Merlino



Nasceu em Santos, em 1948, e iniciou a carreira no jornalismo ainda jovem. Aos 18 anos, integrou a equipe do recém-fundado *Jornal da Tarde* e, dois anos depois, passou a trabalhar na redação da *Folha da Tarde*. Como era estudante da USP, onde cursava História, Merlino fez a cobertura do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado em Ibiúna, em setembro de 1968. Integrante do Partido Operário Comunista (POC), também trabalhou nos periódicos *Jornal do Bairro* e no *Amanhã*, um dos primeiros jornais alternativos a surgir na época da ditadura.

Em dezembro de 1970, com sua companheira Angela Mendes de Almeida, viajou à França para estudar e fazer contatos com a IV Internacional, representando o POC. Merlino voltou para o Brasil no início de julho de 1971 e se dirigiu para a casa de sua mãe em Santos, no litoral paulista. Poucos dias depois, o jornalista foi preso pelos agentes da OBAN e levado para a Rua Tutóia, em São Paulo. A prisão foi testemunhada, além da mãe, pela irmã, Regina, e por sua tia que estavam presentes na residência.

Merlino foi torturado por 24 horas seguidas e abandonado em uma solitária, chamada de “cela forte”, ou “x-zero”. Por permanecer durante longo tempo no pau-de-arara, passou a não sentir mais as pernas e a ter dificuldades para urinar, devido à gangrena nas pernas. Como seu estado de saúde se agravou, no dia 17 foi levado para o Hospital Geral do Exército, onde morreu em 19 de julho, conforme atestado de óbito. A família recebeu a notícia da morte no dia 20 e a versão apresentada foi a de atropelamento na Rodovia Régis Bittencourt (BR-116).

O corpo não foi entregue à família, sob a justificativa de que não se encontrava no Instituto Médico Legal. Graças a iniciativa de parentes e do cunhado de Merlino, que era delegado de polícia e teve acesso ao IML, o corpo do jornalista foi encontrado e sepultado em Santos. A versão do atropelamento foi contestada desde o início, já que as versões dos agentes da repressão eram contraditórias: o policial militar Gabriel informava aos outros presos que o jornalista morrera em decorrência de problemas cardíacos. No entanto, o escultor Guido Rocha, que também se encontrava preso, testemunhou a agonia de Merlino na cela. Atualmente, está comprovado que o jornalista morreu sob tortura, comandada pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra.

■ Luiz Inácio Maranhão Filho

Luiz Inácio Maranhão Filho nasceu em Natal, no Rio Grande do Norte, e filiou-se ao PCB em 1944. Como jornalista, trabalhou em *A República*, *Diário de Natal* e na *Folha Popular*, órgão do PCB local. Em 1948, mudou-se para Recife para concluir o curso de Direito e, na capital pernambucana, trabalhou no jornal *Folha do Povo*. Foi advogado, professor e deputado estadual, eleito pelo Partido Trabalhista Nacional, entre 1958 e 1962. Em 1964, viajou para Cuba, acompanhado do líder das Ligas Camponesas e também deputado federal por Pernambuco, Francisco Julião.



Com o golpe de 1964, foi preso e torturado no Regimento de Obuses, em Natal, e levado para a Ilha de Fernando de Noronha, junto de seu irmão Djalma Maranhão, ex-prefeito de Natal. Após ser liberado da prisão, continuou sua militância junto ao Comitê Central do PCB. No dia 3 de abril de 1974, quando passava por uma praça em São Paulo, foi cercado por agentes da equipe de Sérgio Paranhos Fleury, algemado e levado para um carro: a cena foi presenciada por testemunhas, que tentaram ajudar o jornalista por pensarem se tratar de um assalto. Maranhão nunca mais foi visto.

A sua prisão foi denunciada no plenário da Câmara Federal pelo deputado Tales Ramalho, que leu a carta de Odette Roselli Garcia Maranhão, esposa do jornalista, solicitando ao governo explicações sobre o desaparecimento. O ex-médico militar e torturador Amílcar Lobo declarou, em entrevista à revista *IstoÉ* da edição de 8 de abril de 1987, que conheceu Maranhão no DOI-CODI do Rio de Janeiro. O ex-delegado do DOPS, Cláudio Guerra, afirmou em depoimento que Maranhão teve o corpo incinerado no forno de uma usina de açúcar no Rio de Janeiro.

■ Luiz Guilhardini



Operário naval, ferreiro e jornalista, nasceu em janeiro de 1920, em Santos, onde desenvolveu atividades políticas junto aos portuários como membro do PCB. Em 1953, mudou-se para o Rio de Janeiro e fez parte do Comitê Regional dos Marítimos. Após a cisão dos comunistas, integrou o PCdoB e, em 1966, foi eleito para o Comitê Central do Partido. No dia 4 de janeiro de 1973, a casa onde Guilhardini morava com a família foi invadida por 13 homens. Ele, a mulher, Orandina, e o filho adotivo, de 8 anos, foram colocados em cômodos separados e torturados. Os três foram encauzados e levados, ao que se supõe, para o

DOI-Codi do Rio de Janeiro.

A partir de determinado momento, o filho, Gino, foi levado para assistir às torturas sofridas por Guilhardini, ao mesmo tempo em que também sofria sevícias. Nove dias depois, ao ser interrogada, Orandina soube da morte do marido por intermédio de um dos agentes: “Seu homem bancou o durão e foi pro inferno. Você também está a caminho para lhe fazer companhia.” Guilhardini foi enterrado, com o nome verdadeiro, como indigente no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro. No início da década de 1980, seus ossos foram exumados e jogados em uma vala clandestina, junto com as ossadas de outros indigentes.

■ Mário Alves de Souza Vieira

Nascido na cidade baiana de Santa Fé, em 1923, fez o curso secundário em Salvador, onde começou a atuar politicamente e ajudou a fundar a União de Estudantes da Bahia. Também foi integrante da União Nacional de Estudantes (UNE). Em 1942, com 19 anos e já integrante do PCB, foi um dos líderes do movimento de massas na capital baiana contra o nazi-fascismo. Três anos depois, passou a integrar o Comitê Estadual do PCB e, em 1957, foi eleito para o Comitê Central do Partido.

Jornalista, dirigiu os jornais partidários *Novos Rumos* e *Voz Operária*. Teve os direitos políticos cassados por 10 anos, em 1966, e no ano seguinte, durante o VI Congresso do PCB, foi expulso da organização junto com Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho, entre outros camaradas. No ano seguinte, foi um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Em 16 de janeiro de 1970, por volta das 20h, saiu de casa e nunca mais retornou, sendo considerado oficialmente desaparecido. Na realidade, Mário Alves foi preso pelo DOI-Codi do Rio de Janeiro e morreu durante a madrugada por conta das torturas. A esposa do jornalista relata em um documento as circunstâncias de sua morte: “Alguns presos, levados à sala de torturas para limpar o chão sujo de sangue e de fezes, viram meu marido moribundo, sangrando pela boca e pelo nariz, nu, jogado no chão, arquejante, pedindo água, e os militares em volta, rindo, não permitindo que lhe fosse prestado nenhum socorro”.



■ Maurício Grabois



Nascido em 1912 na cidade de Salvador, foi amigo e colega de ginásio de Carlos Marighella, com quem passou a atuar politicamente ainda na adolescência. Militante do PCB na década de 1930, começou a organizar células do Partido nas Forças Armadas como aluno da Escola Militar do Realengo, onde ingressou em 1931 e da qual foi expulso dois anos depois. Coursou a Escola de Agronomia até o segundo ano, mas abandonou os estudos para se dedicar exclusivamente à atuação política.

Durante o Estado Novo, de 1935 a 1947, foi processado, condenado à revelia e posteriormente preso. Fundou e dirigiu a Editora Horizonte, do PCB, no Rio de Janeiro. Foi diretor do jornal *A Classe Operária*, de maio de 1945 até 1949, quando a publicação foi fechada. Com João Amazonas, Pedro Pomar e outros camaradas, rompeu com o PCB em 1962, resgatou a sigla Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e relançou o jornal *A Classe Operária*, que passou a dirigir junto com Pedro Pomar, sendo o órgão oficial do partido.

Em 1967, Grabois mudou-se para a localidade de Faveira, na região do Araguaia (PA), onde implantou o núcleo do que seria a Guerrilha do Araguaia. Em 1972, tropas do Exército, com cerca de 20 mil soldados, cercaram os guerrilheiros e mataram 59 combatentes do PCdoB. O grupo do qual Maurício Grabois fazia parte teria sido morto na Serra das Andorinhas por um destacamento comandado pelo major Sebastião Curió. Grabois e muitos dos seus companheiros mortos na guerrilha ainda são oficialmente considerados desaparecidos, já que até hoje seus restos mortais não foram encontrados.

■ Nestor Vera

Paulista de Ribeirão Preto, nascido em 19 de julho de 1915, tinha origem camponesa e integrou a equipe do jornal *Terra Livre*. Lançado em maio de 1949 pelo Partido Comunista para abordar as questões do trabalhador rural, o jornal foi a primeira publicação brasileira de circulação nacional voltada para o homem do campo e durou até 1964. No mesmo ano, teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional Número 1 e foi condenado a cinco anos de reclusão pela Lei de Segurança Nacional.

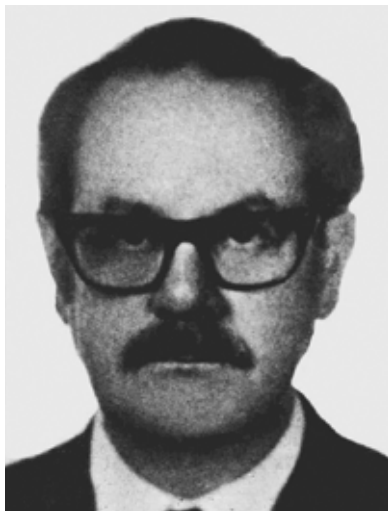
De acordo com Luiz Carlos Prestes, Nestor Vera foi preso em abril de 1975, em frente



a uma drogaria na cidade de Belo Horizonte. O livro *Desaparecidos Políticos*, de Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa (1979), registra a informação, não confirmada, de que os órgãos de segurança teriam trocado Nestor Vera por um brasileiro preso na Argentina. As fontes da informação são reportagens publicadas pelas revistas *IstoÉ*, nas edições de 14 de fevereiro de 1979 e 9 de maio de 1979, e o *Pasquim*, número 508, de março de 1979.

O ex-delegado do DOPS de Vitória (ES), Cláudio Guerra, em seu livro-depoimento *Memórias de uma Guerra Suja*, afirma que Vera estava preso na Delegacia de Furtos de Belo Horizonte quando Guerra e dois investigadores o tiraram de lá, o levaram até uma mata, o executaram e o enterraram em um cemitério clandestino na estrada para a cidade de Itabira. “Nestor Vera tinha sido muito torturado e estava agonizando. Eu lhe dei o tiro de misericórdia, na verdade dois, um no peito e outro na cabeça”, afirma o delegado no livro, acrescentando que, ao lado da cova de Nestor Vera, enterrou outros dois corpos de militantes dos quais não sabia os nomes.

■ Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior



Formado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, Orlando Bonfim nasceu na cidade capixaba de Santa Teresa, em 1915. Trabalhou como jornalista profissional no jornal *Estado de Minas*, chegando a ocupar o cargo de secretário de redação. Exerceu a atividade jornalística até 1964, quando o periódico *Novos Rumos*, que dirigia no Rio de Janeiro, foi fechado pelo golpe militar. Anteriormente, havia dirigido o periódico *Imprensa Popular*. Filiado ao PCB, foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros de 1943, que pedia o fim do Estado Novo e o restabelecimento da democracia. Em 1946, foi eleito vereador em Belo

Horizonte e escolhido como líder do partido. Paralelamente, praticava a advocacia gratuitamente.

No dia 8 de outubro de 1975, a família recebeu um telefonema anônimo, de pessoa que se dizia amigo de Bonfim, informando que ele estava preso. Nunca mais foi visto, nem seu corpo encontrado. Na revista *Veja* de 18 de novembro de 1992, um ex-agente do DOI/Codi de São Paulo, sargento Marival Dias Chaves do Canto, revelou que o jornalista foi preso no Rio de Janeiro, trazido para São Paulo e morto com injeção para sacrificar cavalos. O corpo teria sido jogado no Rio Avaré, no trecho entre a cidade de Avaré e a Rodovia Castelo Branco.

■ Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar

Pedro Pomar, como era mais conhecido, nasceu em Óbidos, no Pará, em 1913. Aos 13 anos, saiu da cidade para cursar o ginásio em Belém, onde começou a participar de atividades políticas. Em setembro de 1932, quando cursava a Faculdade de Medicina e jogava futebol profissionalmente, participou da organização de um levante armado em apoio ao Movimento Constitucionalista. Nessa época, ingressou no PCB.

Pomar foi preso em diferentes ocasiões na capital paraense por sua militância política – da última vez, fugiu da cadeia com outros membros do Partido e rumou para o Rio de Janeiro, onde ajudou a formar a Comissão Nacional de Organização Provisória, encarregada de reorganizar o PCB em todo o território.

Mudou-se para São Paulo e, em 1947, elegeu-se deputado federal pela coligação PCB-PSP, com a maior votação da época: 100 mil votos. Eleito para o Comitê Central e para a Comissão Executiva do PCB, foi secretário de Educação e Propaganda do Partido, responsável por cerca de 30 jornais em todo o país. Foi também diretor da *Tribuna Popular* e da *Imprensa Popular* e colaborou para o *Notícias de Hoje*. Em 1962, fundou o PCdoB com outros companheiros, tornando-se membro do Comitê Central e redator-chefe do jornal *A Classe Operária*.

No dia 16 de dezembro de 1976, quando participava de uma reunião da cúpula da organização no bairro da Lapa, em São Paulo, agentes do DOI-CODI cercaram a casa e fuzilaram todos os presentes. Pedro Pomar morreu atingido por cerca de 50 tiros. Foi enterrado no Cemitério Dom Bosco, em Perus, com nome falso. A família, no entanto, descobriu o local onde fora sepultado e levou seus restos mortais para Belém.



■ Rui Osvaldo Aguiar Pfutzenreuter



Nascido na cidade catarinense de Orleans, em 1942, formou-se em Jornalismo e Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em dezembro de 1964. Integrante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), foi preso em São Paulo em 14 de abril de 1972 por agentes do DOI-Codi e morreu sob tortura nas instalações da Rua Tu-toia no dia seguinte.

Um relatório da Aeronáutica afirma que em 15 de abril, “ao receber voz de prisão, sacou de sua arma e atirou na equipe de segurança, sendo ferido; mesmo assim conseguiu se evadir, aproveitando a escuridão, porém caiu adiante, sendo conduzido ao hospital e falecendo no trajeto”. A certidão de óbito, datada de 26 de abril, afirma que a morte fora causada por anemia aguda traumática, mas não descreve as lesões causadas pela tortura. Pfutzenreuter foi enterrado no Cemitério de Perus como indigente. Em maio daquele ano, entretanto, a família conseguiu resgatar o corpo e sepultá-lo no cemitério de sua cidade natal.

■ Sidney Fix Marques dos Santos

Nascido em 1940 na cidade de São Paulo, abandonou o curso de Geologia na USP em 1964 para se dedicar à militância política e passou à clandestinidade. Filiado ao Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), tornou-se o editor-responsável pelo jornal *Frente Operária*, órgão oficial da organização. Teve seus direitos políticos cassados por dez anos, em 27 de janeiro de 1967, por conta de um dos dispositivos do Ato Institucional Número 2. Posteriormente, exilou-se na Argentina, onde trabalhou como programador da empresa de tecnologia IBM.



No dia 15 de fevereiro de 1976, às 21h30, agentes da Superintendência de Segurança Federal da Argentina invadiram sua casa na cidade de Buenos Aires e o levaram. Apesar dos esforços da família na busca pelo filho, o corpo de Sidney nunca foi localizado e até hoje é considerado desaparecido.

Após o fim da ditadura, o Estado argentino reconheceu sua responsabilidade pelo desaparecimento do militante.

■ Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto



Natural de Parintins, Amazonas, nascido em 1937, formou-se em Sociologia pela Universidade de Moscou, o que foi considerado pela Justiça Militar como justificativa suficiente para condená-lo, em um processo de 1971. “Nove anos passados na União Soviética servem de prova da intenção de delinquir”, afirma o processo. Em 1958, com 21 anos, mudou-se do Amazonas para o Rio de Janeiro, no qual participou ativamente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), da UNE e dos Centros Populares de Cultura. Paralelamente, trabalhava profissionalmente como jornalista. Por ser militante do PCB, conseguiu estudar

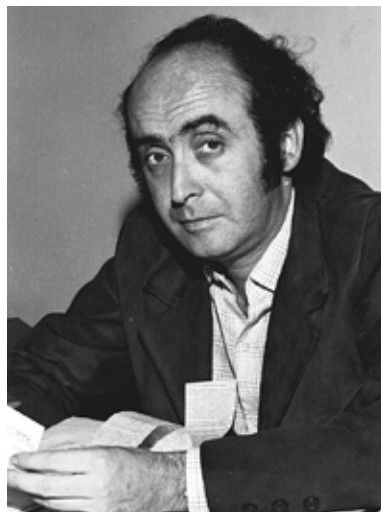
na União Soviética. De volta ao Brasil, em 1969, partiu para a ação política clandestina. Rompido com o PCB, entrou para a ALN de Carlos Marighella.

No dia 7 de maio de 1974, foi preso no bairro do Leblon, no Rio de Janeiro, onde foi visto pela última vez. Em entrevista publicada pela revista *IstoÉ*, em 8 de abril de 1987, o ex-médico militar e torturador Amílcar Lobo afirma que viu Thomaz no DOI-CODI do Rio de Janeiro, em data incerta. Mesmo após seu desaparecimento, foi julgado à revelia por um tribunal militar de São Paulo e condenado a dois anos de prisão.

■ Vladimir Herzog

Diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo, morreu no dia 25 de outubro de 1975 em consequência de torturas no DOI-Codi de São Paulo após se apresentar espontaneamente para depor. Um dia antes, na sede da emissora, dois policiais o procuraram com o objetivo de levá-lo para ser interrogado por conta de suas supostas ligações com o PCB. Após o assassinato, o comando do centro de repressão determinou a montagem de uma farsa para encobrir a causa real da morte, afirmando que o jornalista se suicidara.

A resposta popular se tornou um marco na resistência à ditadura: Clarice Herzog, sua esposa, denunciou a morte como crime e teve o apoio do rabino Henry Sobel, que se negou a enterrar Herzog na área de suicidas do Cemitério Israelita. Em 31 de outubro, milhares de pessoas se reuniram na Catedral da Sé, no centro da capital paulista, para um ato ecumênico celebrado por diferentes lideranças religiosas, como o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e o reverendo James Wright, da Igreja Presbiteriana. A celebração em memória de Herzog seria a maior mobilização contra a ditadura desde a instauração do Ato Institucional número 5, em 1968.

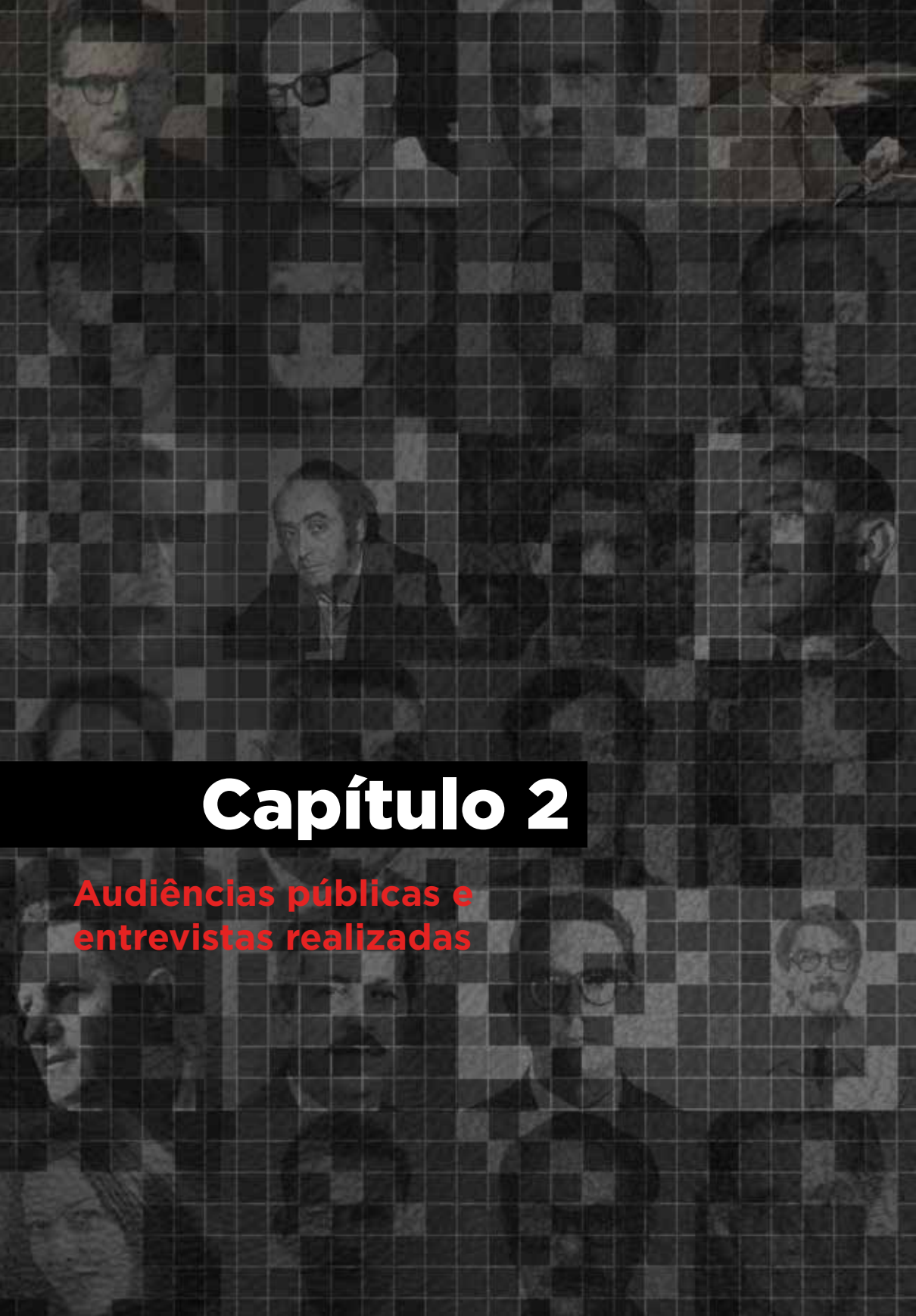


■ Wânio José de Mattos



Catarinense nascido em 27 de abril de 1926, trabalhou como repórter da *Folha da Manhã*, atual *Folha de S. Paulo*, e também era capitão da Polícia Militar de São Paulo. Membro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), foi preso por agentes Oban em 1970, sendo expulso da Polícia Militar. Em 1971, foi um dos 70 presos trocados pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sendo exilado no Chile.

Com o golpe que derrubou o presidente chileno Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973, Wânio e a esposa foram presos e levados para o Estádio Nacional, em Santiago, local onde aconteceram assassinatos de presos políticos pela ditadura de Augusto Pinochet. Após passar por sessões de torturas e interrogatórios, morreu em 16 de outubro em consequência de ferimentos causados durante a prisão. A certidão de óbito emitida pelo Hospital de Campana do Estádio Nacional, sem assinaturas de médicos legistas, afirmou que a morte fora causada por “peritonite aguda”. As informações reais do óbito seriam divulgadas apenas no início da década de 1990, quando o governo chileno reconheceu a responsabilidade do Estado na morte de Wânio e ofereceu uma indenização a sua família.



Capítulo 2

**Audiências públicas e
entrevistas realizadas**

A Comissão da Verdade entrevistou 15 jornalistas; dois fotógrafos; um cartunista; um cinegrafista; um proprietário de banca de jornais e revistas. As entrevistas gravadas em vídeo serão disponibilizadas no site do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, facilitando o acesso à categoria, a estudantes e pesquisadores em geral. Elas formam o acervo inicial da memória coletiva em construção sobre o papel dos jornalistas na resistência à ditadura de 1964-1985. Algumas foram gravadas apenas em áudio. Uma delas foi respondida por e-mail e outra por escrito, sendo impressa em papel e assinada pelo depoente Boris Casoy.

Três destas audiências foram realizadas conjuntamente: duas com a Comissão da Verdade Estadual “Rubens Paiva” da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (os depoimentos dos fotógrafos Sérgio Tafner Jorge e Geraldo Guimarães), na sede do Sindicato dos Jornalistas, e uma com a Comissão da Verdade Municipal “Vladimir Herzog”, da Câmara Municipal de São Paulo (a audiência pública sobre os atentados às bancas de jornais e revistas ocorridos entre 1979 e 1981).

A Comissão entende que este conjunto de depoimentos, longe de ser o ponto final do esforço de apuração do impacto da ditadura no jornalismo, no trabalho dos jornalistas e no impedimento de acesso à população da informação com credibilidade, significa o ponto de partida para um trabalho permanente de investigação do passado autoritário com vistas à superação dos resquícios que atuam no presente e retardam o florescimento de uma sociedade democrática, justa e com plenos direitos e oportunidades iguais para todos os seus cidadãos e cidadãs.

A seguir destacamos contribuições de cada depoimento, ressaltando que todos, na íntegra, estão à disposição para consulta pública na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

■ Adalberto Mauro Valadão

Jornalista há mais de 40 anos, trabalhou no *Diário da Manhã*, *Jornal Diário de Notícias*, Rádios 79, PRA7, Clube, Brasiliense/ Rádio Tropical, Rádio Cultura, TV Thathi, NET, EPTV e RP9. Atualmente é comentarista esportivo na Rádio CBN, em Ribeirão Preto (SP).

Em entrevista realizada por e-mail, Valadão destacou o papel desempenhado pelo jornal estudantil *Pasquim*, feito por estudantes de esquerda na cidade de Ribeirão Preto. “Tudo era tão melindroso que os exemplares tinham de ser entregues de mão em mão, com muito cuidado.” Segundo ele, dois jornalistas tiveram grande influência na formação política dos jovens da época. “Um dos grandes defensores da democracia foi o grande jornalista Luciano Lepera, homem de caráter, brilhante, que na minha opinião foi um dos melhores e maiores políticos que essa cidade já teve – como vereador e como deputado estadual. Homem de luta, que dificilmente haverá outro igual. Extremamente correto, digno, nunca pensou em dinheiro ou benfeitorias pessoais. Lutava pelo povo brasileiro de verdade. Por essas e muitas outras qualidades foi reconhecido na época por Abreu Sodré, de direita. Sodré, então governa-

dor do estado de São Paulo, esteve em Ribeirão Preto, na Sociedade Recreativa de Esportes numa solenidade em que seria homenageado, e chamou por Luciano Lepera. Fez questão que ele se sentasse ao seu lado e o elogiou pela inteligência, por ser homem de luta e por ser um político de honestidade inigualável. Tinha também outro jornalista brilhante defensor da democracia, Antonio Carlos Santana, que foi diretor do *Diário da Manhã*, muito perseguido pela ditadura militar.”

■ Boris Casoy

Convidado a dar seu depoimento à Comissão da Verdade, o jornalista Boris Casoy disse inicialmente que não aceitaria comparecer a uma audiência, mas que não descartava a possibilidade de responder por escrito a perguntas que lhe fossem enviadas. Após um debate interno na Comissão da Verdade sobre a conveniência de aceitar o limite proposto, optou-se por enviar a Casoy uma lista de perguntas relativas ao período em que ocupou cargos na hierarquia da *Folha de S. Paulo* e sobre a informação de que no passado ele teve seu nome vinculado ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Casoy classificou como caluniosa uma reportagem da revista *O Cruzeiro* sobre a organização clandestina de extrema direita que afirmou que ele integrava o grupo. “Ao contrário, em minha vida acadêmica sempre fui contra tal organização”, respondeu. Questionado sobre como interpretava o fato de a *Folha* não ter sofrido censura e o *Estado de S. Paulo* e *Veja* sim, respondeu: “(...) foram das poucas exceções na imprensa brasileira. Ao decidir contra a autocensura, foram obrigados a receber censores na redação”.

Finalmente, respondeu sobre afirmações de ex-presos políticos de que carros da *Folha de S. Paulo* teriam sido usados em ações da repressão contra militantes. “Esses fatos teriam ocorrido antes de eu trabalhar na Folha. Todas as vezes que conversei com diretores a esse respeito, eles garantiam desconhecimento do uso de veículos da empresa em operações desse tipo”.

Sobre este assunto, a jornalista Ana Estela de Sousa Pinto escreveu nas páginas 59 e 60 do livro *Folha Explica Folha*, lançado pela editora do Grupo Folha em 2012. “Um ex-jornalista da *Folha* reconhece o uso de caminhonete da empresa por militares, mas antes do golpe. É Antônio Aggio Jr., o diretor da *Folha da Tarde* (FT) responsável pela ferocidade editorial do vespertino contra a guerrilha. Em 1964, o então repórter emprestou um veículo do jornal para que seu padrinho, coronel Antônio Lepiani, participasse em São Paulo da reunião em que militares articulariam o golpe que derrubaria Jango. Aggio diz que tomou a decisão sem consultar ninguém e que, quando contou o episódio a Frias, na década de 1980, o dono da *Folha* ficou ‘branco de raiva’ e o repreendeu. Questionado em 2010, em entrevista, se havia repetido os empréstimos durante a ditadura, o ex-diretor da *FT* negou. Para ele, a história foi ‘inventada’ mais tarde, depois da revelação tardia de sua atitude em 1964. A hipótese de Aggio, no entanto, não se sustenta. O empréstimo de caminhonetes para a polícia era voz corrente entre a guerrilha já no início dos anos 1970. Há referência a esse uso no diário de um preso político recolhido

ao Presídio Tiradentes, que relata uma greve de fome ali deflagrada em junho de 1972, contra a transferência de sete militantes considerados ‘irrecuperáveis’ pelo governo. Do ponto de vista político, o tratamento dado pela *Folha* a essa greve foi crucial para fixar nos grupos de esquerda a convicção de que a empresa e seus donos apoiavam a ditadura e a tortura, além de provocar rupturas internas.”

■ | Claudio Guerra



Ex-delegado do Departamento de Ordem Político Social (Dops) do Espírito Santo, Guerra era um dos agentes de repressão da ditadura militar, participando de assassinatos e ocultações de cadáveres. Em depoimento à Comissão da Verdade, o ex-delegado detalha a morte do jornalista Davi Capistrano da Costa, assassinado em 1974 em um centro clandestino de torturas localizado na cidade fluminense de Petrópolis, que ficou conhecido como Casa da Morte. “Tenho certeza que ele estava mutilado, (...) estava dentro da Casa da Morte”, afirma Guerra. “Ele estava muito torturado e faltando o seu braço, era irreconhecível, queimado em partes do corpo.” Ele diz que nunca participou de sessões de tortura, mas esteve envolvido

com assassinatos, sendo deslocado de sua função como delegado no Espírito Santo para realizar as execuções em outros locais. No depoimento, o ex-delegado cita o desaparecimento de Ana Rosa Kucinski e seu marido, Wilson Silva, que chegaram vivos na Casa da Morte, morreram sob tortura e foram cremados. De acordo com o agente do Dops, o desaparecimento dos presos políticos era utilizado para que não houvessem provas do crime. “Nessa época a imprensa já estava batendo muito nas coisas dos direitos humanos, precisava de uma maneira de desaparecer [com o corpo], como se a pessoa tivesse fugido. E foi a ideia de cremar os corpos.” No relato, Guerra afirma que levou 12 corpos para serem cremados em uma usina de álcool. “Eu era da equipe do coronel Perdigão e tinha ligações com a usina, conhecia a usina e apresentei ao coronel Perdigão, então aí fiquei encarregado desse transporte.”

Guerra afirma que instituições como a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) patrocinaram as ações de repressão, além do envolvimento da *Folha de S. Paulo* e da Ultragaz ao fornecer carros para as operações. “Usávamos os carros para fazer o levantamento e colocar grampos, porque o carro da imprensa não chamava atenção. Naquela época não tinha a facilidade de hoje (...) e o carro era ótimo para isso.”

Durante o relato à Comissão da Verdade, Guerra também afirma que o delegado Sérgio Paranhos Fleury, um dos maiores símbolos da repressão, foi assassinado por agentes da ditadura. “Alguns colegas aqui de São Paulo bo-laram um acidente. Todo mundo sabia que ele gostava de tomar um negócio e cheirava muito pó. Cheirou pra caramba no dia do acidente dele. Aí, chegou

um casal na lancha, deram a bebida. E essa bebida, segundo uns companheiros meus, estava com droga. Ele saiu dali tonto, caiu. Dois marinheiros foram lá para poder resgatar... mas os marinheiros afogaram ele. Ele era um excelente nadador, quem conhece sabe. Como é que ele vai morrer afogado?” De acordo com a esposa de Fleury, Maria Izabel, ele morreu por afogamento enquanto estava em sua lancha na cidade litorânea de Ilhabela, em 1979. “Morte suspeita, tinha que ter perícia. Houve ordem do governador e do secretário de segurança para não ter perícia”, afirma Guerra.

Por fim, o ex-delegado do DOPS cita sua participação no atentado à bomba nas proximidades do prédio do jornal o *Estado de S. Paulo*, em 14 de novembro 1983. “Recebi uma ordem do meu chefe, o Perdigão, o codinome dele era Doutor Flávio, para fazer um atentado ao jornal Estadão e para ter cuidado de não ter efeito colateral, não ter vítima. E que era para fazer de maneira tal que parecesse que era um cubano que tinha feito”, afirma. “Montei a bomba no porta-malas do carro, fui até o Estadão, parei de marcha ré o carro, perto da parede. O carro ficou estacionado e daí, quando vi que não tinha ninguém passando, detonei.”

■ Gabriel Romeiro



Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo de 1984 a 1986, Gabriel Romeiro deixou a Ordem dos Dominicanos para se dedicar ao jornalismo. Depois de atuar na revista *Realidade* por indicação de Frei Betto, dominicano como ele e então repórter da publicação, passou pelo *Ex* e pelo jornalismo da TV Cultura antes de se fixar na TV Bandeirantes. Romeiro relatou a tensão da cobertura do enterro de Herzog, com quem trabalhou na TV Cultura, e a estratégia para empurrar os limites impostos pela ditadura. “O enterro do Vlado foi na segunda de manhã e nós entraríamos no ar logo em seguida, no Jornal do Meio-Dia. Não me falaram nada sobre o que não fazer. Não tava proibido nada.

Fizemos a cobertura melhor possível. Aquele cortejo com uns 200 automóveis, aquela coisa enorme para um jornalista morto na prisão, que era assim que se descrevia a situação... Pusemos aquilo no ar. Era um negócio absolutamente inusitado. Quando acabou de ir pro ar, veio o Claudio Petraglia, diretor de produção e programação, que era meu chefe na Bandeirantes. Veio me dar os parabéns e agradecer porque tinha sido tudo na medida certa. Ele não veio falar pra não fazer nada com medo de eu cuspir na cara dele, porque trabalhou com a gente na TV Cultura. Foi nosso chefe lá. Chefe meu, do Vlado, de todo mundo. Ele não ia chegar pra mim e dizer algo como ‘olha Gabriel, maneira aí no noticiário’. Mas ele achou que foi tudo na medida certa, de ir adiante e ao mesmo tempo ter aquela mínima contenção pra não ser chamado de provocação. Quer dizer, (a cobertura) poderia ser vista como provocação... mas

naqueles dias ninguém conseguia se conter. Todo mundo avançou o sinal.”

■ | Geraldo Guimarães



Geraldo Guimarães, o Geraldinho, 77 anos, mais de 50 de carreira, atribui suas prisões durante a ditadura à perseguição política e ao fato de ter feito a foto de Carlos Marighella morto. Conhecido por transportar elementos do cinema para a fotografia, ele cobriu, nos anos 1960 e 1970, os principais acontecimentos políticos da América do Sul, como a eleição e depois a queda do chileno Salvador Allende e o movimento pela volta de Juan Domingo Perón, na Argentina, entre outros. Isso fez dele figura cobiçada pelos homens da repressão.

Mas houve um episódio específico que, segundo ele, contribuiu para que fosse preso no Dops e no DOI-Codi, a foto de Marighella, feita em novembro de 1969. “Repórter tem que ter sorte também, e foi o que aconteceu comigo”, lembra. Na noite de 4 de novembro, Geraldo não estava no estádio do Pacaembu para cobrir o jogo entre Santos e Corinthians, nem em nenhuma das redações onde chegou a notícia da morte do líder da ALN.

Ele tentava, fazia três dias, fotografar um homem na parte baixa da alameda Casa Branca. “Eu dei sorte, eu estava preocupado e minha preocupação era o senhorzinho, porteiro do prédio”, lembra. “Eu fiquei numa esquina... quando soube que tinha havido um crime ali perto.” Quando chegou ao local, conta, a rua estava interditada e não havia nenhum movimento que lembrasse uma ação policial. “A porta do fusca estava fechada, só depois abriram”. As versões de quem estava pela rua no momento em que a notícia circulou diziam não ter ouvido tiros.

Ele ficou antes da barreira para não ser visto. Por isso, fotógrafos que chegaram depois conseguiram se aproximar do fusca em que estava o corpo de Marighella. Só depois que todos tinham ido é que ele se aproximou. “A foto é tremida por causa do problema de velocidade, estava escuro e não podia usar flash”, lembra.

Geraldo seria preso no DOI-Codi dias depois, segundo ele, por causa de uma capa que fez para a *Veja* sobre uma declaração de Médici contra a tortura. Lá, foi ameaçado, sofreu pressão psicológica e chegou a ser pendurado no pau de arara, mas não foi torturado. Os torturados perguntavam sobre suas viagens pelo continente. Como era fotógrafo avulso da revista, seus colegas só souberam da prisão quando foi solto, mais de 20 dias depois.

■ | Jorge Silva

Cinegrafista da equipe de jornalismo da TV Cultura comandada por Vladimir Herzog, em 1975, Silva procurou a Comissão da Verdade para ofe-

recer seu depoimento. Embora não tenha revelado nenhum fato novo sobre os bastidores do departamento de jornalismo da emissora nos dias que se seguiram à morte de Vlado, cabe registrar a sua disposição em colaborar com o resgate da memória comum dos jornalista naqueles dias. Para facilitar o trabalho da Comissão, levou ao Sindicato um vídeo previamente gravado com seu testemunho.

Flamínio Fantini, Betinho Duarte e Virgínia Pinheiro (jornal *Em Tempo*)



O depoimento da equipe do jornal *Em Tempo*, que primeiro publicou uma lista de torturadores da ditadura – 233, denunciados no documento produzido por presos políticos do presídio do Barro Branco, em São Paulo, que ficaria conhecido como “Bagulhão” –, foi o mais animado de todos os que a Comissão da Verdade realizou. Flamínio e Betinho, que vieram de Belo Horizonte às próprias custas, e Virgínia, ocuparam o auditório

Vladimir Herzog com fac-símiles de capas e reportagens do jornal, com ajuda de Marília Andrade, ex-sócia da publicação. Flamínio, um dos editores do *Em Tempo*, relatou como foi a saída da equipe do jornal *Movimento* para formar o novo jornal. Em seguida, discorreu sobre a retaliação sofrida pelo jornal após a denúncia dos agentes da ditadura. “A redação em São Paulo foi invadida, pichada e depredada pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Em Belo Horizonte, jogaram ácido nas máquinas da gráfica que imprimia o jornal. Fomos ameaçados seguidamente, mas não nos intimidamos.”

Betinho e Virgínia relataram que os atentados a bancas conseguiram o que os ataques diretos à publicação não lograram. “Os donos de bancas e jornalheiros receberam ordens de não vender jornais da imprensa alternativa, entre eles o *Em Tempo*. Se o fizessem, os ataques prosseguiriam. Com medo, pararam de nos vender. Tentamos vender diretamente ao público e incrementar as assinaturas. Não foi suficiente e acabamos fechando”, disse Virgínia. “Mas o *Em Tempo* marcou época como um jornal bem feito, com reportagens que alcançaram grande impacto. Cumprimos nosso papel”, disse Betinho Duarte.

Laerte Coutinho

Cartunista profissional desde 1973, iniciou sua carreira no jornal *Gazeta Mercantil*. Em seu depoimento à Comissão da Verdade, comenta o trabalho dos chargistas durante o período da ditadura militar. “O espaço da charge era ocupado por vários profissionais de primeiríssima, desde Jaguar, Ziraldo, Claudius, Fortuna, Millôr – a charge do Jaguar era uma coluna opinativa. O AI-5 acabou com isso, então dali para frente esse grupo precisou se reunir dentro de um jornal que foi o *Pasquim*, que funcionou como uma

linha de resistência. Mas dentro do jornalismo em geral, o espaço da charge foi corroído”, afirma.

A cartunista afirma que se conscientizou da gravidade das perseguições realizadas pela ditadura durante o início de sua carreira no jornalismo, em 1973. “Quando o Galé [o jornalista José Vidal Pola Galé] foi preso na porta da *Folha*, eu morava com ele. Falei ‘pronto, chegou em mim’. Aí eu fugi e fui para o Espírito Santo. Mas quando morreu o Vladimir Herzog, achei que isso era um marco de mudança, porque começou a aparecer uma reação social, do sindicato, da Igreja, todo mundo começando a reagir e a pressionar. Então falei ‘acho que acabou’, e voltei.” A partir daí, a cartunista afirma que iniciou uma nova fase na carreira, de defender de maneira mais clara a necessidade de uma mudança. “Fui pedir para meus amigos, companheiros e colegas para desenharem uma pomba, uma pomba humorística, e fazer uma revoadada de pombas com isso. Foi aí que conheci o Henfil, o Jaguar, o Ziraldo.” Com a parceria de outros cartunistas como Angeli, Glauco e Paulo Caruso, produziram materiais para campanhas políticas e de sindicatos: junto com Henfil, desenhou em quadrinhos as resoluções do Terceiro Congresso dos Metalúrgicos, em 1979.

■ | Luiz Paulo Costa



A atividade política de Luiz Paulo Costa começou em 1958, aos 15 anos de idade, quando já atuava como jornalista em São José dos Campos e passou a fazer parte do PSB e da Associação dos Servidores Públicos, por trabalhar da gráfica do Centro Técnico Aeroespacial (CTA). Após o golpe, em 1964, foi preso por 15 dias junto com alunos e funcionários do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). “Eles me levaram para o navio Raul Soares, uma carcaça velha que não navegava mais, e diziam que estávamos lá porque as cadeias estavam superlotadas. Era um pretexto, na verdade, a intenção era aterrorizar os sindicatos da Baixada, que formavam o movimento mais mobilizado do país.”

No navio, a pressão era muito grande. Os militares diziam que levariam a embarcação para o alto-mar para afundá-la com todos dentro. “Eles eram especialmente mais violentos com quem tinha ligação com sindicatos”, lembra. Do navio, Luiz foi transferido para a base aérea, que ele descreve como um campo de concentração, com cercas de arame farpado, postos de vigilância e soldados com metralhadoras. “Tudo fazia lembrar os filmes sobre o nazismo. No navio, quando saíamos para tomar banho de sol, toda a polícia também nos vigiava com metralhadoras.”

Luiz ficou preso 117 dias e ao ser libertado foi expulso do CTA. Anos depois, ao pesquisar seu prontuário, descobriu que passou esse tempo todo

detido sem que houvesse processo nem acusações. Passou então a ser estigmatizado na cidade e não conseguia mais emprego como jornalista, até que foi chamado para trabalhar na rádio Piratininga local.

A partir daí, Luiz tornou-se alvo das ações da repressão. “Vira e mexe alguém era chamado para falar no Dops ou no 6º Regimento de Infantaria de Caçapava. Eu sempre era levado.” Em 1972, foi investigado pelos agentes ligados à Operação Tarrafa, cujo objetivo era tirar de circulação as pessoas mais atuantes do Vale do Paraíba, e chegou a ficar preso por 15 dias em Caçapava sem nenhuma acusação.

Em 1974, quando era correspondente do *Estadão* no Vale do Paraíba, passou a coordenar o Departamento Estudantil do MDB de São José dos Campos e no ano seguinte foi preso no DOI-Codi por ter participado de uma reunião com alunos do ITA que organizavam um movimento contra o projeto de militarizar a instituição. Num domingo, Luiz estava em casa recebendo amigos professores quando chegaram três homens e o levaram para depor. “Eu já estava acostumado, só que não imaginava, por mais que tivesse informações, da situação da tortura no Brasil”, afirma. “Nem me deixaram pegar roupas, disseram que era coisa rápida, mas me encapuzaram e me levaram para o DOI-Codi, em São Paulo.”

Luiz passou a ser torturado no exato instante em que pisou do local. “Mal cheguei e me pediram para segurar dois fios e mandaram eu falar o que sabia.” Como ele não falava, foi levado para outra sala, onde havia a “Cadeira do Dragão”. Luiz foi torturado a noite toda e chegou a ouvir gritos de criança.

Ao fim da sessão, mal conseguia se vestir e não podia parar em pé. Foi arrastado para um ambiente onde havia muita gente presa e largado num colchonete. Seu quadro de saúde era grave e os colegas pediram que fosse atendido por um médico, o que foi recusado. Na quarta-feira, foi solto e internado em estado grave na Beneficência Portuguesa de São José. Três dias depois era Vladimir Herzog quem entraria no DOI-Codi.

Em, 1976, Luiz foi eleito vereador em São José pelo MDB. Houve então um movimento para cassar seu mandato com a alegação de que ele tinha sido expulso do CTA, mas já haviam transcorrido mais de dez anos da expulsão. Também houve uma tentativa de enquadrá-lo no AI-5, mas nem indiciamento contra ele havia.

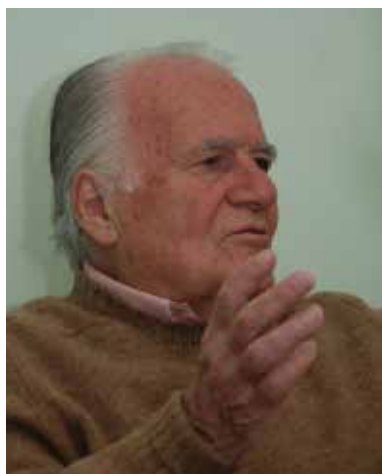
■ | **Maria de Lourdes Fernandes**

Mais conhecida como Lu Fernandes, foi a primeira presidenta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo: secretária-geral eleita da entidade para o mandato de 1982 a 1984, ela assumiu a presidência em decorrência da morte do ex-presidente Emir Nogueira. Em seu relato à Comissão da Verdade, a jornalista conta sobre o papel sindical durante o processo de redemocratização do país e as tensões vividas no período, como ameaças de bomba na sede do Sindicato dos Jornalistas nas mobilizações populares. “O Emir ainda estava vivo, isso foi em 1981, ele ainda era presidente, lembro dessa discussão com o sindicato lotado e ameaçaram explodir aqui”, afirma.

Em seu relato, Fernandes destaca o papel dos jornalistas no engajamento das manifestações populares pelas Diretas Já e compara a violência sofrida pelos profissionais naquela época com os episódios recentes de agressões da Polícia Militar. “Era pior, porque era Tropa de Choque o tempo todo, vinha a Cavalaria, a gente tentava mostrar a carteirinha [de jornalista]”, afirma. A jornalista relembra a repressão sofrida por moradores do bairro da Penha em um protesto convocado pela Igreja Católica, em 1978, além da invasão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) pela Tropa de Choque chefiada pelo coronel Erasmo Dias, em 1977. “Você não tinha o jornalista preso e torturado, mas tinha todo mundo preso e machucado”, afirma. Em entrevista coletiva concedida por Dias, que na época era secretário de Segurança Pública de São Paulo, Lu Fernandes contestou a versão oficial, afirmando que as bombas lançadas na PUC eram diferentes das de efeito moral. “O efeito era diferente, machucava, era insuportável”, diz a jornalista. Irritado com as perguntas, o coronel pediu ao seu ajudante de ordens buscar uma bomba no porta-luvas de seu carro e jogou o artefato no pátio do local da coletiva de imprensa. “Escrevi a matéria com esse espírito, a *Folha* [de S.Paulo] mudou completamente a minha matéria porque gozei do secretário que era um completo louco, nunca vou me esquecer disso.”

A respeito da censura sofrida no exercício da profissão, a jornalista conta que as reportagens eram barradas pelos próprios chefes da *Agência Folha*, que faz parte do Grupo Folha. “A gente vivia em um clima de medo: uma pessoa da *Folha* queria ver as matérias censuradas, a gente pegava no cesto de lixo o original riscado e entregava para a direção da *Folha* para mostrar que na Agência a gente era censurado”, diz.

■ | Mino Carta



Criador e diretor do *Jornal da Tarde* e da *Veja* em seus primeiros anos, Mino Carta conviveu diariamente com a censura durante dez anos, desde janeiro de 1966 até sair da Editora Abril, em 1976. Desde o início do JT, a publicação era vigiada à distância. “Não sei de qual misteriosíssima caverna chegava pelo telefone uma voz e dizia ‘não falem disso e não falem daquilo’”, lembra ele. A voz depois transportou-se para o telex. De repente chegava um texto com as ordens. Até que, finalmente, a censura se materializou. “A certa altura surgiu em cena um senhor chamado Luiz Monteiro, o qual vinha à redação, homem da polícia... sentava no meio da sala e ficava olhando...”

Quando, em 1968, aceitou lançar e dirigir a *Veja*, Mino impôs como condição a Victor Civita, presidente da Editora Abril, que a direção da empresa só conhecesse o teor de cada edição depois de publicada e, então, o conteúdo poderia ser discutido. A Abril aceitou, mas a coisa não funciona-

ram tão bem. A revista foi lançada em setembro e já na quinta edição, com a cobertura do congresso da UNE em Ibiúna, foi apreendida. “O hábito era esse, apreender nas bancas. Aquela edição não serve, apreende.” Em dezembro, outra edição presa, a do AI-5, e mais duas ainda antes do fim do ano, também como consequência do ato. Na *Veja* funcionava o sistema do telex, que Mino não obedecia, por isso as apreensões.

No fim de 1969, Mino autorizou Raimundo Rodrigues Pereira a montar um time de repórteres para fazer um especial sob tortura. O truque para tentar salvar a matéria foi dar um toque favorável ao governo, na linha “Medici não admite tortura”. Não deu certo. Veio então uma ordem geral para que o assunto tortura fosse banido das redações e, coincidência ou não, a partir do início do ano a censura passou a ser feita por militares dentro da redação.

Em 1974, com a posse de Ernesto Geisel, aparentemente acabava o controle de conteúdo. Mas a nova fase não durou três semanas, com nova apreensão motivada por uma charge de Millôr Fernandes. Foi quando o governo decidiu que o material que a *Veja* preparava para a edição seguinte fosse analisada pela censura diariamente a partir de terça-feira. Mino foi a Brasília falar com o general Golbery do Couto e Silva e encontrou Roberto Civita na antessala do ministro. Essa cena antológica, retratada em detalhes no livro de Mino, *O Brasil*, termina com Roberto oferecendo a cabeça de Millôr a Golbery, que recusa.

A partir desse episódio, a censura muda de método. É a fase em que o *Estadão* passa a publicar trechos de Camões e o *JT*, receitas de bolo, no lugar dos textos vetados. Na *Veja*, prevaleceu a ordem de enviar todos os dias o material que estava sendo produzido para a Polícia Federal de São Paulo avaliar. “Nessa época eu tive de prestar mais de 40 depoimentos e fui preso duas vezes de forma grotesca”, lembra Mino.

A saída de Mino da Abril não poderia ser mais emblemática: ele teve a cabeça pedida pelo ministro da Justiça Armando Falcão, que se notabilizou como um dos mais ferozes repressor das liberdades no período da ditadura. Conta Mino que a Abril tentava um empréstimo com um banco governamental e teve de ouvir de Falcão que “nós não podemos emprestar dinheiro para uma empresa que produz uma revista que é nossa inimiga”.

O assunto teria aparecido numa reunião de Falcão com Roberto Civita e a condição para a liberação do empréstimo era a saída de Mino e de alguns colaboradores, como Plínio Marcos. Mino se antecipou e decidiu deixar a revista.

■ Padre Cido

Antonio Aparecido Pereira, o Padre Cido, é pároco da Igreja Católica há mais de 42 anos. Destes, por 31 esteve à frente do jornal *O São Paulo*, editado pela Cúria Metropolitana de São Paulo. “Ajudei a escrever a história da Igreja na cidade. Essa história é também um pouco da história da cidade, porque essas duas histórias caminham um pouco juntas. Em São Paulo nós temos cerca de 400 ruas com nomes de bispos e padres. Isso é sinal de que as duas histórias, da cidade e da Igreja, se confundem um pouco”, disse Padre Cido à Comissão da Verdade.

A publicação, comandada diretamente pelo arcebispo da cidade, este-

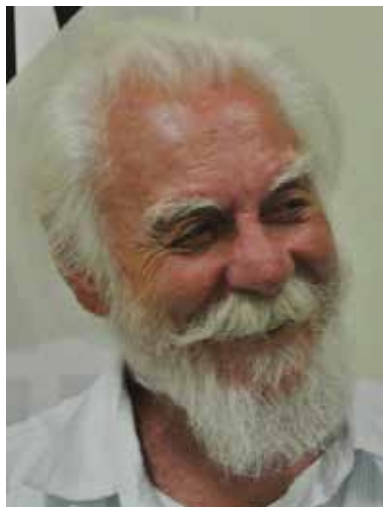
ve submetida à censura por uma década nos anos críticos do cerco da ditadura aos jornalistas – iniciados após a edição do AI-5, em 1968, com o sequestro e tortura de dezenas de profissionais de imprensa e militantes políticos responsáveis pela imprensa clandestina em suas organizações, muitos que hoje figuram na lista de desaparecidos, culminando com o assassinato de Vladimir Herzog, em 1975. “Quando fui designado para o jornal, voltei a estudar e cursei a faculdade de jornalismo”, contou Padre Cido. Segundo relatou, o cerco à comunicação da Igreja Católica em São Paulo resultou em inúmeras matérias proibidas e na cassação da concessão da Rádio 9 de Julho, devolvida à instituição apenas no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Para denunciar as proibições, *O São Paulo* publicava espaços em branco onde deveriam estar as matérias censuradas.



“Dom Paulo Evaristo Arns marcou minha vida. Nós nos tornamos amigos pessoais. Em Roma, fui o motorista dele. O período em que fiquei mais próximo a ele foi quando assumiu o jornal. Eu me lembro de uma reunião que me comoveu muito, no dia em que mataram Santo Dias da Silva [líder operário ligado à Igreja que participou da Oposição Sindical Metalúrgica em São Paulo]. Ele dividiu a equipe, determinando o papel de cada um na crise que se seguiu. ‘Eu estou indo para o necrotério’, disse. Sempre muito sereno. Uma pessoa extraordinária mesmo. Um místico. Todo mundo pensa que talvez fosse um homem apenas. Tanto é que as duas biografias sobre ele salientam mais seu trabalho político. Um dia ele disse:

‘Agora vou escrever a minha autobiografia, porque quero também lembrar que sou um pastor da Igreja’. Certa vez me contou que seu maior orgulho em 60 anos de sacerdócio era ter celebrado a missa diariamente. Não ter faltado um dia. Então, nós não estávamos diante apenas de um líder político. Ele amava o jornal. Dom Paulo respeitava o direito de opinião dos jornalistas. Uma vez publiquei uma entrevista com uma prostituta que defendia a profissionalização da atividade. Ele veio falar comigo sorrindo: ‘Cido, pense que eu chego em Roma e esse jornal tá na frente dos cardeais... Você tá ficando mais é doido?’ E não falou mais nisso. Era uma Igreja comprometida com a transformação da sociedade, comprometida com os pequenos, com os pobres. Isso se refletia no jornal, o que talvez incomodasse a ditadura militar. Eu me orgulho de ter pertencido à igreja e naquela reflexão toda havia uma mística no trabalho. Ninguém pense que a gente fazia aquilo por mero trabalho político, não. Havia quase uma fundamentação bíblica para aquele trabalho. Em nossas missas na Catedral da Sé, os operários levaram suas carteiras profissionais e suas ferramentas para depositar ao pé do altar. O trabalho social que existe hoje na Igreja começou com Dom Paulo: ecologia, trabalho com a Pastoral Afro, com a população negra, com soropositivos, com o menor carente abandonado... Todos tiveram início naqueles tempos. Todos.”

■ Paulo Cannabrava Filho



Em mais de 50 anos de carreira, Paulo Cannabrava uniu como poucos a militância política à atuação profissional e hoje, aos 81 anos, continua defendendo suas ideias e ensinando jornalismo. Começou a carreira no final dos anos 1950 no jornal *Em Tempo*, ao mesmo tempo em que fazia jornalismo na PUC. Mas desde cedo iniciou na militância política e em 1960 foi convidado para ser correspondente em São Paulo da *Prensa Latina*, a agência cubana de notícias. “Todo mundo queria saber de Cuba, eu dava material para tudo quanto é jornalista de esquerda”, lembra. Ao mesmo tempo, começou no *Correio da Manhã*.

Paulo atuava no PCB, mas mantinha uma vida pública aparentemente normal, em que se autodefine como “militante clandestino”. Até que em 1968, indicado por Carlos Marighella, partiu para Cuba para assumir o serviço em português da Rádio Havana. Era o início de uma peregrinação pelo mundo que só terminaria em 1980, com a anistia. Em 1969, foi viver na Itália e publicou seu primeiro livro, escrito em Cuba, *Militarismo e Imperialismo no Brasil*, que teria edições em vários países. A mando de Marighella viajou para a Coreia do Norte para negociar treinamento e comprar de armas. Lá, recebeu a notícia da morte do líder e amigo.

Depois de uma rápida passagem clandestina pelo Brasil, Canna decidiu ir para a Bolívia, que tinha um governo de coalizão. Trabalhou no Ministério do Planejamento, editando fascículos técnicos para pequenos empreendedores. Ao mesmo tempo, foi correspondente da France Presse até acontecer um dos inúmeros golpes que o país viveu naqueles anos. Paulo entrou no movimento de resistência, revolta popular reverteu o golpe e Canna fez parte da multidão que invadiu o palácio presidencial. No novo governo, dirigiu o jornal *El Nacional*, entre 1970 e 1972, quando outro golpe fechou o jornal.

Protegido pelo pessoal da France Presse, fugiu para o Peru. Em Lima, onde ficou por cinco anos dirigindo o jornal *Expreso*, de oposição ao governo e apoiado por um grupo de sindicatos, Paulo elaborou um projeto de promover educação por meio do noticiário. “Foi fantástico. Foi como uma revolução de 30 no Peru”, afirmou à Comissão da Verdade.

Em Lima, Paulo tornou-se conhecido e chamou a atenção do governo brasileiro, que escalou um funcionário da embaixada para monitorar seus passos. O cerco se fechou e, em 1977, ele é expulso do país. Sem poder voltar ao Brasil, envia os dois filhos pequenos para Cuba e aceita um convite de trabalhar no Panamá. “Foi muito traumático para eles e para a minha mulher, a Bia, porque a gente nunca tinha separado assim.”

Naquele momento, uma comissão formada por técnicos panamenhos e americanos negociava a situação do canal, cuja concessão estava

no fim. Os Estados Unidos queriam prorrogar, o Panamá, não. Paulo foi trabalhar na comunicação do projeto. Depois de dura negociações, prevaleceu o desejo panamenho. “Foi maravilhoso ver a multidão entrando no canal, foi emocionante”, conta.

Mas veio outro golpe em 1969 e Cannabrava teve de arrumar as malas novamente, desta vez, para a Nicarágua sandinista. A missão era reconstruir o país após a ditadura de Somoza. “Não existia estrutura, ministério de coisa nenhuma, existia o feudo de Somoza”, conta Paulo. O papel do jornalista era elaborar um projeto nacional de comunicação. Missão cumprida, chegou 1980, o Brasil vivia a anistia e era hora de voltar.

Desde então, envolveu-se em vários projetos, como a campanha de Leonel Brizola ao governo do Rio, o *Jornal do País*, assessoria para publicações de bairro em São Paulo. Hoje, ele presta consultoria em comunicação social e marketing.

■ | Raimundo Rodrigues Pereira



Aos 76 anos, Raimundo Rodrigues Pereira se reinventa para manter sua obstinação pelo jornalismo de qualidade. Sempre antenado com as novas plataformas e tecnologias, hoje ele trata de passar para as novas gerações aquilo que viveu em mais de 50 anos de carreira. Ao mesmo tempo, não deixa de exercer o papel de um dos principais críticos do monopólio dos grandes grupos e das relações promíscuas entre imprensa e Estado.

Nascido em 1940, em Exu, Pernambuco, Raimundo tornou-se jornalista por acaso. Quando do golpe de 1964, ele fazia o último ano de engenharia no ITA e militava num movimento estudantil progressista. Foi preso, passou por uma tortura “relativamente leve”, como ele próprio diz, e acabou expulso da escola. “Eu e meu companheiro de quatro fomos presos e saí na televisão que nós tínhamos mantimentos no apartamento porque íamos destruir as pontes por onde as tropas iam passar”, lembra. Passou então a viver de dar aulas até que o editor de uma revista técnica pediu-lhe uma indicação de jornalista e ele sugeriu a si próprio, baseado em sua experiência numa publicação estudantil.

Durante a ditadura, Raimundo experimentou a perseguição e a censura tanto em publicações da grande mídia, como *Realidade* e *Veja*, quando ao dirigir veículos da imprensa alternativa, como *Movimento* e *Opinião*. Foi ele quem chefiou a equipe que produziu a célebre reportagem sobre a tortura às vésperas da posse de Médici, trabalho que resultaria na queda de Mino Carta da *Veja* e na mudança dos paradigmas da censura em todas as redações do país.

“No Movimento, eles censuravam até matérias que saíram antes no Estadão e que copiávamos literalmente”, conta. “Não havia problema com

temas sociais, como a questão agrária, mas quando tocávamos em política, direitos humanos ou o aparato de repressão, não podia.”

Raimundo lembra dos truques que fazia para enganar a censura e de seus embates com Heitor de Aquino, ex-militar influente nos governos militares, em especial no de Ernesto Geisel. “Fui à Brasília falar com ele sobre novas proibições e ele tentou me explicar”, diz. Em certo momento, perguntou a Aquino porque estava fazendo aquilo e se queria que concordasse com ele. E concluiu: “Vocês ditam quais são as regras e pronto”.

Durante o julgamento do mensalão, Raimundo dedicou-se a produzir textos críticos denunciando erros do processo. A partir de suas reportagens, várias afirmações foram postas em xeque. Desse trabalho resultou o livro *A Construção do Mensalão*.

Ao longo do tempo, Raimundo se arriscou em várias experiências, sempre na busca pela excelência jornalística, umas relativamente bem sucedidas, outras, nem tanto. Algumas dessas iniciativas foram pioneiras, especialmente no que diz respeito ao jornalismo digital. Hoje, ele dirige a revista *Retrato do Brasil*, que mantém versões impressa e digital e que tem como ambição a popularização do conhecimento.

■ | Sergio Gomes



Militante do movimento estudantil e membro do PCB na juventude, fundador da Editora Oboré, ex-professor de jornalismo na ECA-USP, membro do Conselho Consultivo do Instituto Vladimir Herzog, Sérgio Gomes estava preso no DOI-Codi no período em que Vlado foi morto pelas forças da repressão. Mas ele fez questão de destacar à Comissão da Verdade que foram raros momentos em que sua atuação profissional se confundiu com a política. “Se o artista se identifica com uma corrente política partidária e faz da sua arte apenas uma propaganda, ele faz uma arte menor do que um artista que não mistura. Com o jornalismo ocorre o mesmo”, afirma.

A militância sindical entrou na vida de Serjão ainda quando estudava na USP e fazia parte do movimento estudantil. O diretório convidou as chapas que participariam da eleição do Sindicato dos Jornalistas, em 1972, para apresentar suas propostas e ele e um grupo de colegas trabalharam em favor de uma das candidaturas.

Naquele ano, ele já estava no mercado de trabalho e logo foi trabalhar na Agência Folha. Ali, a convite de Tarso de Castro, passou também a fazer frilas para o *Folhetim*. “Veja, eu sou um simples repórter da Agência, com uma atividade política por baixo do pano e não instrumentalizava, não havia absolutamente nenhuma matéria na agência que dissesse que esse cara estava

aqui usando o maquinário da Folha pra passar o contrabando”, conta.

Ainda assim, Sérgio foi preso em outubro de 1975. Ele costuma dizer que a morte de Herzog acabou salvando muito gente, pois o DOI-Codi foi esvaziado. Em janeiro, quando estava no Dops, foi demitido pela *Folha* por abandono de emprego. Solto em abril, fez o que os colegas combinaram na prisão: recusar a cassação e voltar para o mesmo posto profissional em que estavam quando foram presos. “Voltei para a Folha, mas não me davam pauta e me mandavam toda semana para o RH para pedir demissão”, lembra. “E o cara que estava na porta do prédio era um carcereiro do Dops. Eu tinha acabado de ver o cara lá no Dops e via o cara fazendo bico como porteiro do prédio.”

Como profissional, militante e ex-professor, Serjão é crítico quanto à relação do movimento sindical com os jornalistas. Segundo ele, centenas de trabalhadores que atuam nos sindicatos trabalham no sistema de PJ, o que é uma contradição. “Até hoje, esse sindicato não batalha pelos jornalistas que trabalham nos sindicatos”, acusa. Ele lamenta que atualmente a maioria da categoria trabalha pelo piso e calcula que 70% dos jornalistas em atividade ganham menos de 5 salários mínimos por mês. “Isso desafia o Sindicato dos Jornalistas a repensar o seu papel como entidade representativa dos jornalistas” diz.

■ | Sérgio Tafner Jorge



O fotógrafo Sérgio Vital Tafner Jorge, ou simplesmente Sérgio Jorge, ainda se pergunta porque a cena da morte de ex-deputado e líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), Carlos Marighella, foi modificada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Sérgio começou a fotografar nos anos de 1950. Trabalhou curtos períodos nos jornais *O Dia* e *Gazeta*, de onde foi para a Editora Bloch, de *Manchete* e *Fatos & Fotos*, onde permaneceu por 12 anos. De lá, transferiu-se para a Abril, onde chefiou o estúdio por outros quatro anos.

Passados quase 50 anos, o fotógrafo lembra do episódio com clareza. Ele estava no estádio do Pacaembu na noite da terça-feira, 4 de novembro de 1969, onde cobriria para a revista *Manchete* o clássico Corinthians x Santos. Cerca de uma hora de o jogo começar, um técnico de rádio deu a notícia aos jornalistas de que Marighella havia sido morto num tiroteio na alameda Casa Branca, na região da avenida Paulista.

Em menos de meia hora, Sérgio e mais um grupo de fotógrafos e repórteres estavam no local. Quando chegaram, não havia sinal de tiroteio e os policiais que cuidavam da área estavam bastante tranquilos. Quando os viu se aproximando, Fleury deu ordem para que parassem, encostassem num muro e colocassem as máquinas no chão. Assim ficaram por cerca de 40 minutos.

O delegado apenas dizia: “não fotografem, se fotografarem, mando prender”.

Os jornalistas passaram a observar a cena. Segundo Gomes, Marighella estava sentado ao volante com meio corpo e uma perna para fora do carro. Eles comentavam: “olha, tá vendo aqueles dois tiros no vidro. Então alguém atirou de lá pra cá.”. “A mesma coisa no vidro de trás.” “Mas levou pouco tiro, né?” Pelo que viam, eram quatro ou cinco marcas de bala, muito diferente dos cerca de 70 tiros anunciados pela polícia. Eles também estranhavam que não havia sinais de sangue.

Quando já fazia meia hora que estavam ali, três policiais passaram a mexer no corpo, Tiraram a camisa de Marighella para fora da calça e passaram a tentar colocá-lo dentro do Fusca pelo lado do motorista, mas não conseguiram. “Só quando movimentaram o corpo saiu sangue pelo orifício de bala no peito”, conta Sérgio. Um deles então deu a volta, abriu a porta do passageiro e ajudou puxando o cadáver na posição que ficou conhecida. “Aí, o Fleury chegou e falou ‘agora pode fotografar’ para nós.”

Esse mistério passou a acompanhar o fotógrafo, que anos depois tentou encontrar as outras pessoas que testemunharam a cena para falar do assunto, mas todos já haviam morrido. “Eu sou a única pessoa viva que viu o Marighella morto”, afirma Sérgio. Ele chegou a consultar um médico sobre a questão só sangue. “Ele me contou que se o tiro destruiu parte do coração, o bombeamento para e só em caso de mexer no corpo o sangue sai pelo ferimento.”

Para o fotógrafo, Marighella percebeu a emboscada e tentou voltar para o carro, para apanhar a uma pasta no banco de trás. “Talvez houvesse um revólver lá”, especula. Para Sérgio, o líder da ALN foi atingido a curta distância e caiu de volta ao banco. “Os tiros foram, a meu ver, de duas pessoas a 45 graus do fusquinha e o fatal foi dado pela porta aberta ou pelo vidro, que estava abaixado”, afirma.

Ainda naquela semana, Ivan Alves, chefe de redação da *Manchete*, entrevistou Fleury, que contou a história que se tornou a versão oficial. Sérgio procurou o chefe para dizer que a entrevista era mentirosa e ouviu que tudo tinha sido gravado e aquilo era o que o delegado havia dito. E encerrou a conversa categoricamente: “Sérgio, fica quieto”.

Atentados a bancas de jornais e revistas:

David Moraes, Armando Sartori e Vilma Amaro

David, que foi presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo no período 1978-1981; Sartori, que fez parte da equipe do jornal *Movimento*; e Vilma, que integrou a equipe do jornal *Em Tempo*, participaram da audiência sobre Atentados às Bancas de Jornais e Revistas em 1979 a 1981, em São Paulo, realizada conjuntamente com a Comissão Municipal da Verdade “Vladimir Herzog” da Câmara Municipal de São Paulo, na sede do Legislativo paulistano.

Realizada em conjunto com a Comissão da Verdade do Município de São Paulo, a sessão aconteceu com a presença de Gilberto Natalini, presidente da Comissão, Mário Covas Neto, vereador relator, e de Tonino Vespoli,

vereador e participante da Comissão da Verdade. O tema do encontro dizia respeito aos atentados cometidos no início dos anos 1980, quando agentes da ditadura militar detonaram artefatos explosivos em shows musicais, sedes de jornais, livrarias e bancas de jornais e revistas. O objetivo dessas ações era provocar medo e comprometer a circulação das publicações alternativas, contrárias à ditadura.

A audiência contou, ainda, com a presença do ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, José Augusto Camargo, e também da jornalista Lia Ribeiro Dias, que era dirigente sindical na época dos ataques às bancas de jornais. As duas publicações foram fechadas em consequência dos ataques às bancas no início da década de 1980.

Coordenador da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas, Milton Bellintani fez uma breve introdução sobre o tema discutido. Em 1978, o jornal *Em Tempo* publicou pela primeira vez na imprensa brasileira uma lista de 233 torturadores, com informações obtidas de um livro publicado em Portugal no ano de 1976 e editado por um comitê favorável à anistia geral dos presos políticos brasileiros. “A edição do *Em Tempo* esgotou em pouquíssimo tempo, teve grande repercussão. E, em seguida, ele sofre um atentado, nas sedes de São Paulo e Belho Horizonte”, diz Bellintani. “A partir disso, os jornais, que vinham sofrendo ameaças, passam a sofrer atentados.” Uma série de ataques foram registrados no período: o atentado ao Rio Centro, em 1980; o envio de cartas bombas ao gabinete do vereador Antônio Carlos de Carvalho, no Rio de Janeiro; o atentado à bomba na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Rio de Janeiro; o envio de cartas bomba e um atentado a bomba ao jornal *Tribuna da Imprensa*.” Entre os anos de 1979 e 1980 foram registrados pelo menos 30 atentados contra bancas de jornais e revistas.

A audiência também contou com a presença de Paolo Pelegrini, dono de uma banca de jornais na Praça da República (São Paulo) à época dos acontecimentos, que compartilhou suas lembranças do período. “Por várias vezes, tivemos os produtos apreendidos e isso dava medo”, afirma. “Os jornais chamados de alternativos, *Em Tempo*, *O Pasquim*, *Movimento*, eram declarados jornais de esquerda. Então, o produto era vendido até que chegava um determinado elemento e falava ‘Estão todos apreendidos’”. Pelegrino diz que alguns jornaleiros colocavam placas em seus estabelecimentos para comunicar que não vendiam determinados jornais.

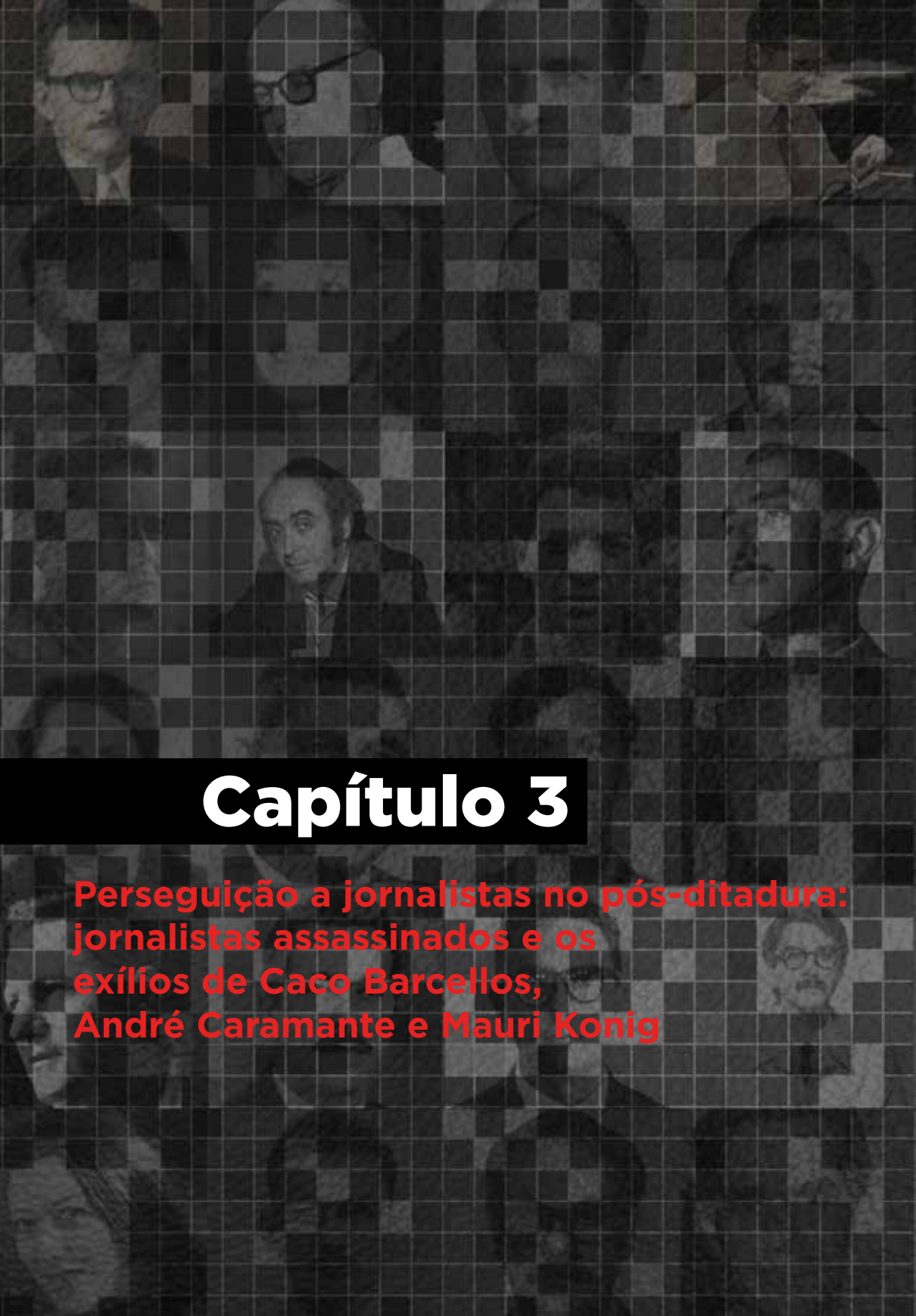
Armando Sartori, do jornal *Movimento*, relembra como os atentados impactaram a operação do periódico. “O jornal vivia praticamente da receita obtida com os leitores na forma de vendas em bancas e na forma de assinaturas. As vendas em bancas, que eram de cerca de 7 mil exemplares semanais em julho de 1980, caíram para menos de 5 mil exemplares semanais em novembro daquele ano”, diz. O jornalista conta que, em julho de 1979, a sucursal do jornal *Em Tempo*, na cidade de Belo Horizonte, foi invadida pela terceira vez, com os invasores derramando ácido em materiais e equipamentos da redação. E relembra diversos atentados no período. “Em outubro de 1979 uma bomba foi colocada no automóvel do jornalista Hélio Fernandes, do jornal *Tribuna da Imprensa*, no Rio de Janeiro. Em abril de 1980, a vitrine da livraria Capitu foi destruída a tiros em duas ocasiões. Em maio, duas bombas explodiram na sede do jornal *Hora*

do Povo, no Rio de Janeiro. Em junho, uma bomba foi atirada contra a Casa do Jornalista, sede do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais.”

Vilma Amaro, que trabalhou para o jornal *Em Tempo*, relata as ameaças que os jornalistas de periódicos contrários à ditadura militar sofreram durante o período. “Estava na redação entregando uma matéria e eu vi na parede ‘Morte aos Comunistas’. Era uma das ameaças que a gente sofria, tentando calar o jornal”, afirma. A jornalista também trabalhou no jornal *Tribuna do Povo* e relembra quando a publicação foi “presa” pela polícia. “O jornal foi apreendido, pegaram o jornal e levaram para a delegacia. Nunca vi um caso de jornal preso na delegacia. Aí tivemos que contratar um advogado e mandar soltar o jornal. Porque tínhamos que circular o jornal, que não estava ilegal”, recorda.

Jornalistas demitidos ilegalmente enquanto estavam presos

A Comissão da Verdade apurou três casos de jornalistas demitidos ilegalmente enquanto estavam presos: Rose Nogueira, pela *Folha da Tarde*, Sergio Gomes, pela Agência Folha, e Vilma Amaro, pelo *Última Hora* – todos então empregados no Grupo Folha. Sergio Gomes relatou ainda que reconheceu um segurança de portaria da empresa como sendo um dos carcereiros do DOI-Codi de São Paulo no período em que esteve preso.



Capítulo 3

**Perseguição a jornalistas no pós-ditadura:
jornalistas assassinados e os
exílios de Caco Barcellos,
André Caramante e Mauri Konig**

■ Compromisso de risco

Os repórteres André Caramante e Mauri König, que tiveram de exilar-se no segundo semestre de 2012 para se proteger de ameaças, são dois casos que acendem o sinal vermelho de um país que já é um dos menos seguros para o trabalho da imprensa. Assassinatos de jornalistas nos últimos 20 anos superam baixas na ditadura de 1964.

A imagem que abre esta matéria¹ é um retrato da situação do jornalismo investigativo no Brasil, apesar de mostrar o outdoor de um prédio do South Bronx – área do bairro mais pobre de Nova York, que já foi um dos redutos da violência nos Estados Unidos. A placa alerta a comunidade para denunciar policiais que ajam fora da lei, fotografando, filmando e avisando por celular sobre qualquer excesso cometido por agentes públicos que têm como dever garantir a segurança dos cidadãos. O que isso tem a ver com o nosso país? A foto foi feita com a câmera do celular do repórter André Caramante, do jornal *Folha de S.Paulo*, durante o exílio de 90 dias que ele e a família viveram entre setembro e dezembro do ano passado devido a ameaças que passou a sofrer após publicar uma reportagem sobre o então candidato a vereador Paulo Telhada – ex-comandante da Rota – eleito como o quinto mais votado no pleito municipal de outubro, em São Paulo.

No texto “Ex-chefe da Rota vira político e prega a violência no Facebook”, publicado em 14 de julho, Caramante escreveu que o policial reformado usava sua página pessoal “para veicular relatos de supostos confrontos com civis (sempre chamados de ‘vagabundos’)”. A reação não tardou. No mesmo dia, Telhada postou críticas ao repórter e sugeriu que se deveria reagir contra os “notórios defensores de bandidos”, como qualificou Caramante. Nas semanas que se seguiram, dezenas de apoiadores da página publicaram ameaças ao jornalista.

Desde maio, a violência explodira em São Paulo com a ocorrência de chacinas em bairros da periferia seguindo um padrão: homens encapuzados chegavam em motos ou carros pretos, desciam e executavam seus alvos. As ações aconteciam sempre após atentados que tiveram como alvos policiais. André Caramante escreveu que se tratava de uma guerra entre o PCC (a organização criminosa Primeiro Comando da Capital) e policiais militares da Força Tática e da Rota. Apesar de veementes desmentidos oficiais, a afirmação se confirmou nos meses seguintes. Boa parte dos mortos não tinha passagem pela polícia. Em muitos casos, pessoas de fora dos bairros foram vistas recolhendo cartuchos de balas espalhados nas cenas dos crimes antes da chegada da polícia.

Em 13 anos de experiência de cobertura da segurança pública, o repórter da *Folha* denunciou a existência de sete grupos de extermínio formados

¹ Reprodução de reportagem produzida pelo jornalista Milton Bellintani, coordenador da Comissão da Verdade dos Jornalistas de São Paulo, para a Revista ESPM nº 5, de junho de 2012.

por policiais. Por causa disso, acumulou processos por “calúnia e difamação” de agentes que se sentiram atingidos. Não foi condenado em nenhum deles, mas viu o time de desafetos crescer. Para Caramante, as ameaças contra ele e a família partiram de simpatizantes de policiais como esses.

“Foram feitas ligações anônimas à redação da *Folha* dizendo que sabiam onde eu moro, onde fica a escola de meus filhos e que a ‘nossa hora’ estava para chegar”, conta. “Além disso, postaram um foto do diretor de redação do jornal, Sérgio Dávila, como sendo eu. Entendi como um recado também à direção da empresa de que o cerco se apertava. Então, em comum acordo com o jornal, se decidiu que eu deveria trabalhar à distância.”

A estratégia durou menos de três semanas. Caramante e a *Folha* concluíram que não era seguro permanecer na cidade. No dia 11 de setembro, o repórter, a mulher e os dois filhos – um com menos de 2 anos e a outra com menos de 5 – embarcaram para Nova York. Por causa da data, que remete aos atentados às Torres Gêmeas do World Trade Center, na Big Apple, ao escritório e residência presidencial da Casa Branca e à sede do Departamento de Defesa americano (Pentágono), em Washington, as tarifas de voos para os EUA continuam mais baixas no “nine-eleven”, mesmo tendo se passado onze anos.

Na saída do Brasil, em vez de alívio, um inesperado momento de tensão. “Fomos retidos por 40 minutos na Emigração, aguardando a liberação de nossos quatro passaportes”, recorda Caramante. “Passageiros que chegaram depois foram liberados sem a mesma vistoria. Depois de entregarmos os bilhetes de embarque, fui retirado da fila, já no finger, por funcionários da Infraero e da Polícia Federal. Estava com meu filho mais novo no colo. Minha mulher ficou com ele e com nossa filha, aguardando minha liberação. Fui conduzido para trás de um biombo, longe da vista dela. Pediram que eu levantasse a camisa e aplicaram um produto químico nas barras da minha calça, no tênis, cinto e também em minhas mãos. Questionei o procedimento e ouvi que se tratava de uma verificação de rotina para ‘saber se eu transportava algum tipo de material ilícito’. Indaguei também o motivo de ter sido o único a passar pelo procedimento, em um voo de 230 passageiros. Responderam que meu filho, um bebê, havia sido ‘escolhido por amostragem’. Como estava em meu colo, coube a mim passar pela averiguação especial. Só então fui liberado para embarcar. Todos os demais passageiros já estavam acomodados.”

O episódio, como era de prever, fez a viagem de pouco mais de nove horas até Nova York parecer mais longa. Em silêncio na maior parte do tempo, e mal conseguindo dormir, Caramante e a mulher tentavam antecipar o futuro se perguntando quando a vida da família voltaria ao normal. Lá fora, embora se sentindo em segurança, o casal de jornalistas descobriu que a democracia brasileira produz exílios.

Ameaças seguem padrão de cartilha

O jornalista Mauri König, 47 anos, acompanhou com interesse cada passo da saga de Caramante. Repórter do jornal *Gazeta do Povo*, do Paraná,

e diretor da Abraji - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, o fez por solidariedade profissional e humana, mas também porque a experiência do colega o lembrou das duas ocasiões em que esteve frente a frente com o perigo. A primeira no ano 2000, quando foi detido, espancado e “deixado para morrer” por policiais paraguaios, como recorda, por haver denunciado em reportagem para o jornal *O Estado do Paraná* o sequestro e alistamento forçado de crianças pelo exército do Paraguai. “Apurei que ao menos 109 morreram tentando escapar, entre elas crianças brasileiras e argentinas”, conta König. “Senti medo de morrer, mas os abusos cessaram graças à denúncia.” A segunda aconteceu em 2003, em Foz do Iguaçu, quando ele publicou na *Gazeta do Povo* que policiais civis haviam se aliado a ladrões de automóveis que operavam na fronteira brasileira-paraguaia. “Tive de me mudar para Curitiba para escapar”, conta.

Mauri König só não imaginava que se lembraria do exílio da família Caramante menos de uma semana depois de ela voltar ao Brasil, sem alarde. Mauri, a mulher e o filho de 3 anos tiveram de viver seu próprio exílio. Ao embarcar para o Peru devido a novas ameaças que recebera, ele acredita que provavelmente de policiais civis, devido à série de reportagens “Polícia fora da lei”, publicada em maio pela *Gazeta*, em que mostrou agentes públicos utilizando carros oficiais para fazer compras, levar os filhos à escola e, alguns, até frequentarem motéis. A série teve a participação de Diego Ribeiro, Felipe Aníbal e Albari Rosa, mas as ameaças se concentraram em König, possivelmente pelo conjunto da obra.

Assim como aconteceu com Caramante, as redes sociais foram utilizadas para potencializar as ameaças. A exemplo do que fez a *Folha de S.Paulo*, a *Gazeta do Povo* juntou fotos das postagens e comunicou as autoridades para que fossem tomadas providências legais contra os promotores das ameaças. E fez mais: contratou seguranças para proteger seus quatro jornalistas. “Até ser tomada a decisão de sair, minha família mudou de hotel regularmente a fim de dificultar a nossa localização”, diz König.

Mas a volta do exílio peruano de 60 dias não significou que a vida do jornalista voltaria ao normal. Assustada, a mulher comunicou a ele que se mudaria do estado, levando o filho de 3 anos com ela. “Me vi revivendo um filme. Em 2003, meu primeiro casamento acabou devido ao trauma que vivemos. Minha ex-mulher partiu de Foz levando meus dois outros filhos, hoje com 13 e 15 anos. Dessa vez, eles leram que eu teria de sair do país. Fui embora sem conseguir vê-los.”

No Brasil, impunidade eleva risco do trabalho da imprensa

Segundo o Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ), organização não governamental de promoção da liberdade de imprensa sediada em Nova York, o Brasil é um dos países de maior risco para a atuação de jornalistas. Ficou em 11º no Índice Anual de Impunidade. O indicador leva em conta o número de mortes, prisões, legislação restritiva, censura estatal, impunidade em ataques contra a imprensa e jornalistas levados ao exílio.

Só em 2013, três repórteres foram assassinados com intervalo de 60 dias, todos em consequência do trabalho como jornalistas. O radialista Renato Machado Gonçalves, presidente da Associação A Voz de São João da Barra e administrador da Rádio Comunitária Barra FM, foi morto no dia 8 de janeiro ao sair de casa, em São João da Barra, estado do Rio de Janeiro, por dois pistoleiros que chegaram em uma moto. A polícia investiga as hipóteses de crime político, vingança por briga e crime passional. Em 22 de fevereiro, o radialista Mafaldo Bezerra Goes, da FM Rio Jaguaribe, de Jaguaribe, no Ceará, foi assassinado por pistoleiros com cinco tiros à queima roupa. A suspeita é de que tenha sido vítima de traficantes que atuam na cidade. Na madrugada do dia 9 de março, o repórter Rodrigo Neto, da Rádio Vanguarda AM e do jornal Vale do Aço, de Ipatinga (MG), foi executado com três tiros. Recentemente, ele denunciou à Comissão de Direitos Humanos a participação de policiais em atividades ilegais. Em 2012, quatro jornalistas foram mortos no país.

Somados os casos de jornalistas assassinados desde 1992, o número chega a 25, o que coloca o Brasil como terceiro país das Américas em que mais se matam jornalistas, atrás do México e da Colômbia. Nestes 20 anos, em plena democracia, foram assassinados o dobro de jornalistas do que na ditadura de 1964-1985, segundo a Comissão da Verdade Estadual “Rubens Paiva”, da Assembleia Legislativa de São Paulo: 12, número apurado pelo relatório “Direito à Memória e à Verdade”, produzido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, em 2007. Na contabilidade de outras organizações de defesa dos direitos humanos, chega a 20, por incluírem militantes políticos que em algum momento de sua trajetória atuaram na imprensa partidária – legal ou clandestina.

Os dois jornalistas mortos no período cujos assassinatos tiveram maior repercussão foram Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, ligado ao PCB – Partido Comunista Brasileiro, morto sob tortura no DOI-Codi de São Paulo, em 1975; e Luiz Eduardo da Rocha Merlino, do POC – Partido Operário Comunista, com passagens no início da carreira pelo *Jornal da Tarde* e a *Folha da Tarde* – que morreu em decorrência de torturas sofridas, em 1971, também no DOI-Codi. As mortes foram mascaradas como sendo, respectivamente, suicídio por enforcamento e atropelamento por caminhão na rodovia BR-116, após fuga. As duas versões foram desmontadas graças à obstinação das famílias, que jamais aceitaram os laudos do regime e exigiram na justiça a investigação completa das circunstâncias em que morreram. Em 23 de junho de 2012, o coronel reformado do Exército, Carlos Alberto Brilhante Ustra, que dirigia o DOI-Codi paulistano à época, foi condenado a pagar 100 mil reais de indenização à família de Merlino pela juíza Claudia de Lima Menge, da 20ª Vara Cível do foro central de São Paulo. Em 23 de setembro, o juiz da 2ª Vara de Registros Públicos do Tribunal de Justiça de São Paulo, Márcio Martins Bonilha Filho, determinou que no atestado de óbito de Vladimir Herzog passasse a constar que a “morte decorreu de lesões e maus-tratos sofridos em dependência do II Exército - SP (DOI-Codi)”.

A lista de jornalistas assassinados nos chamados anos de chumbo inclui, ainda, altos dirigentes de organizações políticas clandestinas: Mário Alves de Souza Vieira, do PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário;

Joaquim Câmara Ferreira, o “Toledo”, da ALN - Ação Libertadora Nacional; Hiran de Lima Pereira, Jayme Amorim Miranda e Orlando Bonfim, do PCB; e Maurício Grabois e Pedro Pomar, do PC do B - Partido Comunista do Brasil. Todos figuram na lista de desaparecidos políticos.

Indústria de processos

Além dos assassinatos, que têm como objetivo colateral intimidar pelo exemplo outros repórteres investigativos, os processos judiciais compõem um padrão de coação. Segundo Mauri König declarou ao CPJ, as ações judiciais “minam a democracia e a imprensa do país, e criam um clima de insegurança legal que se reflete na qualidade da cobertura de questões de interesse público.”

O jornalista e sociólogo paraense Lúcio Flávio Pinto, autor do quinzenário *Jornal Pessoal*, publicação impressa com versão para a internet, soma 33 processos em decorrência de seu trabalho. Editor e repórter da publicação, que faz recusando qualquer tipo de apoio publicitário, ele também é seu próprio advogado. De tempos em tempos, quando se recolhe, os amigos aprenderam a identificar que está redigindo a peça de defesa de um novo processo. A quem incomoda? Segundo explica em seu projeto, criado em 1987, aos “inimigos da Amazônia” - foco principal de seu trabalho e tema dos 22 livros que tem publicados.

Como descobrir o limite do risco?

No país em que ao menos 45 jornalistas foram mortos nos últimos 45 anos, seria exagero afirmar que André Caramante e Mauri König podem ser considerados sobreviventes? Antes deles, outros repórteres se viram na linha divisória entre o risco calculado e o imponderável. Foi assim com Caco Barcellos, que teve de deixar o Brasil após a publicação de seu livro *Rota 66*, em 1992, em que denunciou padrões de extermínio da população jovem, negra e pobre da periferia paulistana - a maioria sem passagem pela polícia e com carteira de trabalho assinada. Na volta, anos depois, mudou o foco de sua atuação na TV Globo. Em Londres, onde atuou como correspondente, Barcellos aprendeu com organizações humanitárias que toda ameaça deve ser tornada pública e que deve haver, sim, um limite para correr riscos.

Já o fotógrafo Nilton Claudino e uma colega repórter do jornal *O Dia*, do Rio de Janeiro, só descobriram isso depois de cair nas mãos de policiais e ex-policiais que integram as chamadas milícias, grupo paramilitar que disputa território para venda de drogas e proteção com narcotraficantes cariocas. Em 2008, disfarçados para investigar a atuação de milicianos em uma favela do Rio, foram descobertos, torturados e mantidos vivos pelos algozes como forma de mandar um recado aos jornalistas para se manterem longe da disputa nas ruas e morros. Abandonado pela mulher, filhos e amigos próximos, Claudino descreveu a epopeia que viveram em depoimento à revista *Piauí* nº

59, edição de agosto de 2011. No texto “Minha dor não sai no jornal”, ele conta que decidiram morar em uma favela para fazer a reportagem. “Fui descoberto, torturado e humilhado. Perdi minha mulher, meus filhos, os amigos, a casa, o Rio, o sol, a praia, o futebol, tudo”. E, mais adiante, resumiu sua situação. “Retomar a vida é difícil. Faço tratamento psicológico e psiquiátrico, tomo uma dúzia de remédios. Quase não vejo meus filhos, que estão crescendo longe de mim. Tenho agora um neto que mal conheço. Não soube mais nada da repórter e do motorista, sumiram. Esqueci dos amigos. Preciso de fotos para me lembrar do rosto de quem gosto. Mas me lembro nitidamente dos que me torturaram.”

Relatório inédito, divulgado mundialmente pela ONG internacional Artigo 19 em 14 de março, revela que 52 jornalistas e defensores de Direitos Humanos sofreram graves violações à liberdade de expressão no ano de 2012 no Brasil – e 207, no México. No Brasil, o levantamento identificou casos de homicídio (30%), tentativas de homicídio (15%), ameaças de morte (51%) e sequestros ou desaparecimento (4%). As vítimas haviam denunciado publicamente atos de violência praticados por policiais, sobre conflitos agrários, crimes ambientais e casos de corrupção. A íntegra do relatório *Graves violações à liberdade de expressão de jornalistas e defensores de direitos humanos* está disponível no site www.article19.org.

No lançamento do relatório, a diretora da Artigo 19 na América do Sul, Paula Martins, afirmou que “o Estado não apenas tem se omitido como acaba sendo protagonista de certas ações”. De acordo com ela, “embora não haja uma intenção da institucionalização da censura no Brasil, em boa parte dos casos percebemos que os processos de intimidação e violência ocorrem por meio da atuação de representantes do Estado, seja através da polícia, de políticos ou agentes públicos”.

Sim, jornalismo também se aprende na escola

Onde nasce o repórter? Quando se opera o parto que faz emergir de dentro o compromisso com algo que parece infinitamente maior do que a capacidade individual de fazer alguma diferença? Para Caramante, a escola de jornalismo foi um elemento determinante de suas escolhas. André tinha apenas 17 anos quando passou no vestibular de jornalismo da Uniban, então um recém-criado Centro Universitário localizado praticamente sob o viaduto que liga as avenidas Rio Branco, na fronteira do centro paulistano, com a Rudge, que faz a ligação com a Ponte da Casa Verde e de onde se divisa a periferia norte de São Paulo. Trabalhava como marreteiro e, depois, office boy, e era um dos alunos que tinham sérias dúvidas se o curso seria, afinal, reconhecido pelo Ministério da Educação e, mais que isso, se faria diferença em suas vidas. Mas se a faculdade o decepcionou, o mesmo não aconteceu com um grupo de professores que o ajudou a dar forma a sua vocação de repórter. Sua banca de Trabalho de Conclusão, em 1998, diz isso por si só: dela fizeram parte o repórter Caco Barcellos, a seção brasileira da Anistia Internacional e a Pastoral Carcerária, convidados a avaliar o livro-reportagem que escreveu a seis

mãos com as colegas Kátia Cavalleiro e Solange Facó sobre um ex-presos da Casa de Detenção de São Paulo, o Carandiru, que escreveu um relato de 140 páginas sobre o massacre de dezoito presos em 29 de março de 1982 e a vida na cadeia mais famosa da história de São Paulo. Quem leu o trabalho nunca duvidou de onde Caramante chegaria.

Formado em Letras, König resolveu cursar jornalismo com a idade que Caramante tem hoje, 35 anos. E já com nove anos de trabalho prático na imprensa de Foz do Iguaçu, cobrindo a Tríplice Fronteira. Apesar de certamente ter mais a ensinar do que aprender, não subestimou o aprendizado que poderia extrair da experiência. Mas buscou nas redações a sua melhor escola. “Tive a sorte de conhecer o jornalista Montezuma Cruz, com quem trabalhei na *Folha de Londrina* e a quem considero o meu grande professor. Com ele aprendi que jornalismo é, essencialmente, compromisso social. E a fazer reportagens mais aprofundadas. Aprendi que o bom jornalismo vai além do relato dos acontecimentos, que deve ir às causas que determinam os fatos e, por isso, interessam mais à sociedade”, diz.

Redes de proteção

Quando as ameaças a André e Mauri se tornaram públicas, entidades profissionais de jornalistas de todo o país e também organizações humanitárias do Brasil, Estados Unidos e Europa logo manifestaram solidariedade, fazendo ecoar nas redes sociais a denúncia do risco que eles sofriam e cobrando das autoridades brasileiras providências no sentido de protegê-los. A Anistia Internacional, o Comitê para a Proteção dos Jornalistas, a Abraji - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, o Instituto Vladimir Herzog, o Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça, a Conectas, e a Fenaj - Federação Nacional dos Jornalistas, entre outras organizações, iniciaram uma mobilização que deu resultado. No caso de Caramante, ela ganhou escala com a entrevista concedida por ele à jornalista Eliane Brum, já estando fora do país, que recebeu mais de 300 mil acessos. O barulho virtual demonstrou que o tema estava nas ruas. Não há como duvidar de que contribuiu para ambos e suas famílias voltarem ao país em segurança.

Ivo Herzog, diretor do Instituto Vladimir Herzog, tinha apenas nove anos quando o pai, Vladimir, foi morto na ditadura. Ele explica que o Instituto articula, ao lado da Abraji, da Conectas, da organização Repórteres sem Fronteiras e do Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil, a criação de um grupo de proteção a jornalistas ameaçados. Nemércio Nogueira, diretor executivo do Instituto Vladimir Herzog, explica que um dos objetivos é prestar assistência jurídica aos ameaçados. “É indispensável que a sociedade como um todo se conscientize de que, institucionalmente, a população é a maior prejudicada na medida em que seu direito à informação é frustrado ou cerceado, seja por qualquer tipo de censura, pela excessiva judicialização da atividade jornalística, pela intimidação, por manobras decorrentes de corrupção e desvio de função, pela violência física contra profissionais de imprensa e assassinatos, bem como pela impunidade de quem comete esses crimes”, afirma.

O maior prêmio de todos

Mauri König e André Caramante são jornalistas premiados. Colecionam reconhecimentos profissionais e também outros que resultam dos compromissos assumidos com o interesse público e a defesa dos direitos humanos. Em 2012, König recebeu o Prêmio Internacional de Liberdade de Imprensa concedido pelo CPJ, que dedicou a colegas persseguidos em outros países e à memória do jornalista Tim Lopes, morto em 2002 por traficantes, no Rio de Janeiro. No ano passado, Caramante foi lembrado no discurso de abertura do 34º Prêmio Vladimir Herzog de Direitos Humanos como alguém que deveria estar presente à cerimônia “e não estava ali por se encontrar exilado”. E foi um dos ganhadores do 16º Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos, da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, entregue três dias antes de sua volta dos EUA. Para receber o diploma em seu lugar, pediu que a diarista Maria da Conceição Ferreira Alves o representasse. Ela é mãe de Antonio Carlos Silva Alves, morto aos 31 anos no dia 8 de outubro de 2008, na periferia paulistana, por policiais militares que provavelmente confundiram a dificuldade dele para falar – decorrente de sua deficiência intelectual – com uma ardilosa estratégia para enganá-los. Seu corpo foi encontrado no dia seguinte, a muitos quilômetros de casa, com a cabeça e mãos decepadas para dificultar a identificação. Os policiais responsáveis pelo crime foram identificados, presos e expulsos da PM. O advogado de defesa conseguiu anular o julgamento. Três foram soltos. Na *Folha*, André Caramante relatou cada passo dessa saga com ares de farsa. Maria da Conceição escreveu uma carta à presidenta Dilma Rousseff relatando que ela e a família passaram a sofrer ameaças. Na noite em que vestiu sua melhor roupa e subiu ao púlpito da Assembleia Legislativa de São Paulo, deixou sua dor de lado para engrossar a homenagem a Caramante. Perguntou se ele e a família estavam bem e quis saber quando voltariam. Contou a todos que nunca antes alguém havia se referido ao filho dela com o respeito demonstrado pelo repórter.

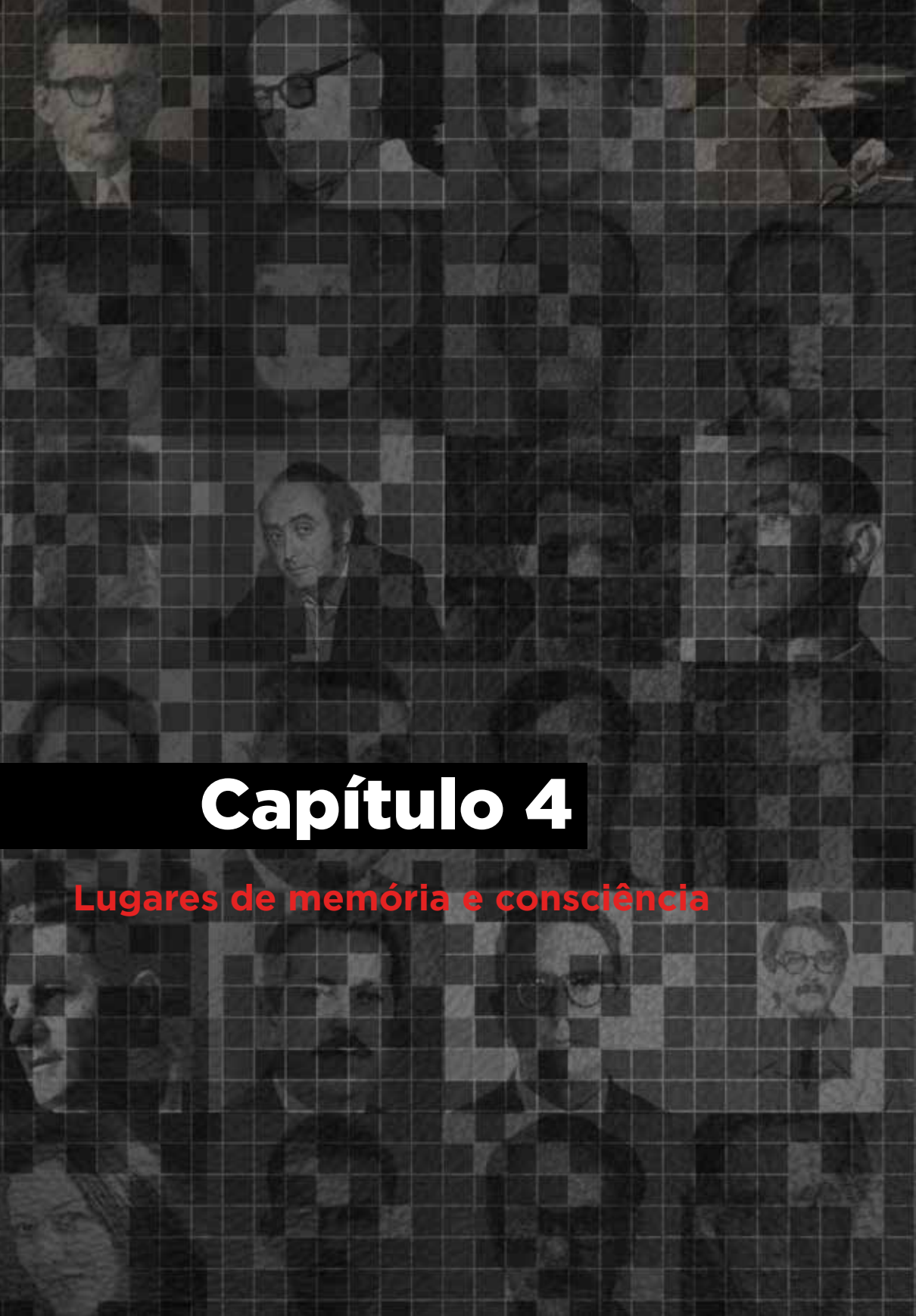
Por causa de compromissos assim, André e Mauri foram convidados a participar de uma reunião de um grupo de trabalho criado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em Brasília, em fevereiro, a convite da ministra Maria do Rosário. Ali, eles finalmente se conheceram e tiveram a oportunidade de relatar suas experiências aos demais presentes – um deles, delegado da Polícia Federal.

Na volta ao Brasil, em comum acordo com os jornais em que trabalham, Mauri König e André Caramante se afastaram momentaneamente da cobertura de segurança pública com o objetivo de deixarem de ser alvos e de proteger suas famílias.

Há mais de seis anos e meio André Caramante não pode exercer o direito constitucional de ir e vir, no que se refere ao trajeto casa-trabalho-casa. A *Folha* disponibiliza um carro para apanhá-lo e, ao final da jornada, levá-lo de volta. Os motoristas do jornal já se habituaram ao fato de que ele sempre pede para descer em uma esquina em que não existe nem casa nem prédio. E é também por ali que sabem que devem buscá-lo.

Mauri König ainda não se acostumou a chegar em casa e não encontrar a mulher e o filho, e seu tempo presente é um eterno sonhar com o futuro em que estarão novamente juntos.

Os dois repórteres contabilizam suas perdas. Sem dúvida, são pequenas comparado ao que significa imaginar que reportagens não estariam fazendo se o país fosse capaz de proteger do risco máximo os jornalistas que têm compromisso.”



Capítulo 4

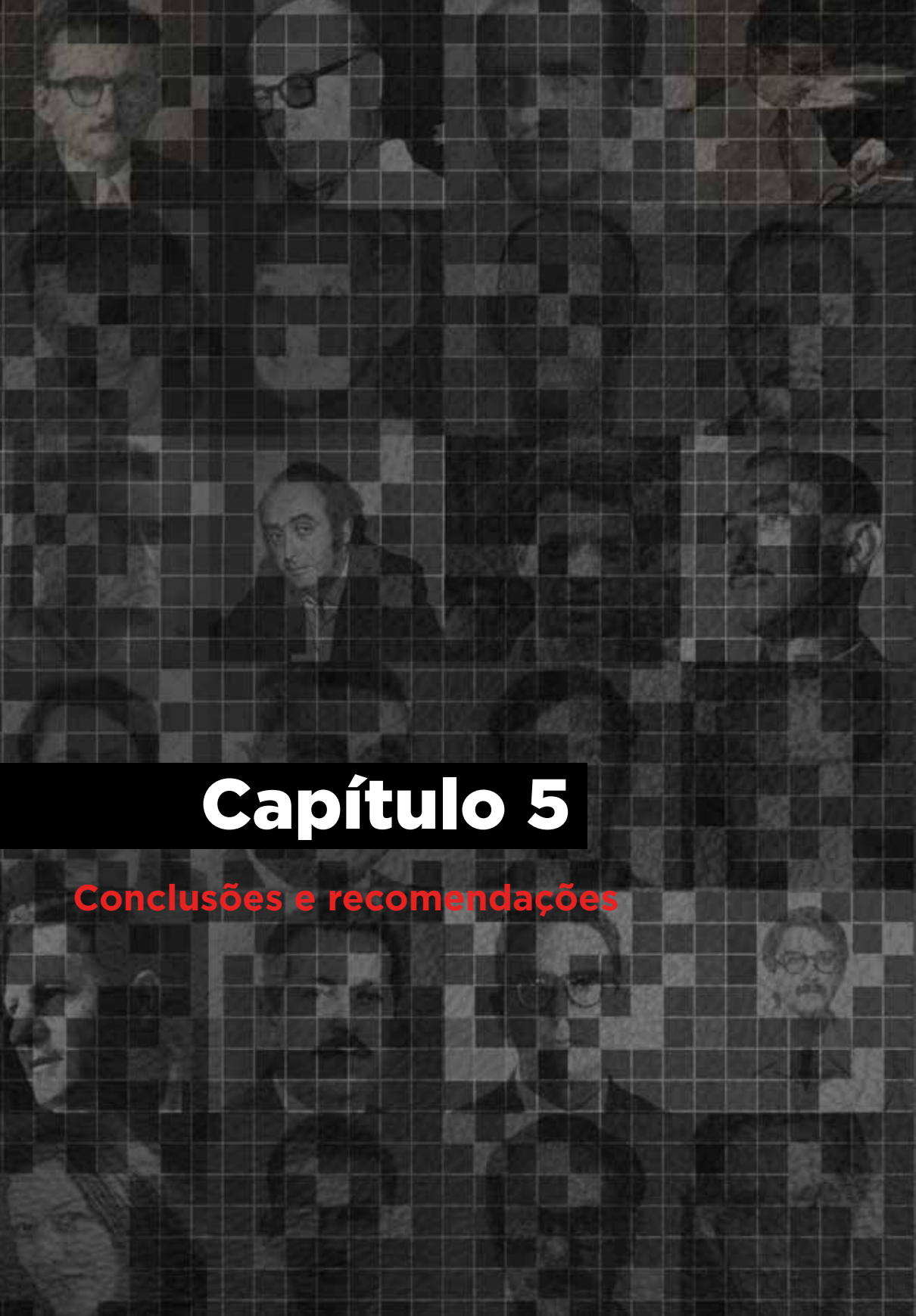
Lugares de memória e consciência

A Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo considera que o Auditório Vladimir Herzog, em particular, e a sede do Sindicato como um todo estão entre os primeiros lugares de memória sobre esse período da história do país, tendo se tornado, a partir do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, um espaço da resistência democrática brasileira e latino-americana.

Igualmente, avalia que as sedes dos jornais da imprensa alternativa e partidária durante a resistência devem ser considerados como sítios de consciência, assim como os centros clandestinos de detenção, tortura e extermínio que funcionaram no estado de São Paulo, notadamente o extinto DOI-Codi paulistano, a exemplo do que ocorreu com a sede do antigo Deops - Departamento Estadual de Ordem Política e Social, hoje Memorial da Resistência de São Paulo, e a Auditoria Militar de São Paulo, onde em breve funcionará o Memorial da Luta pela Justiça da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo.

Finalmente, acredita que esses lugares devem ser transformados em espaços vivos de reflexão e promoção dos direitos humanos, o que requer não apenas que se desenvolvam programações com vistas a sua utilização como a ampla difusão de sua existência e significado. Nesse sentido, entende como sendo patrimônios a serem abraçados por todos os jornalistas brasileiros, além dos sítios citados anteriormente, o Monumento aos Mortos e Desaparecidos inaugurado, em dezembro, em frente ao Parque do Ibirapuera, na zona sul da capital, e a Praça Vladimir Herzog, situada entre a Praça da Bandeira e o edifício da Câmara Municipal de São Paulo, no centro paulistano.

A identificação de outros lugares de memória com especial significado para os jornalistas é o primeiro passo para que se reivindique sua elevação a essa condição e posterior apropriação pela cidadania como marcos de defesa de novos valores e não mais cicatrizes dos tempos de silêncio.



Capítulo 5

Conclusões e recomendações

A Comissão da Verdade se sente segura para afirmar que os jornalistas brasileiros se colocaram no fronte de resistência à ditadura desde o primeiro momento, utilizando como ferramentas de combate a sua capacidade profissional e o compromisso com o interesse público.

Diante da censura, buscaram formas alternativas de informar os brasileiros sobre as contradições do regime e crimes perpetrados contra os direitos humanos. Frente aos limites à livre informação e à autocensura imposta pelas grandes empresas jornalísticas, que não só apoiaram o golpe de 1964 como trabalharam ativamente para a sua deflagração, trabalharam incessantemente para encontrar maneiras de abrir brechas no muro de silêncio erguido pelo autoritarismo.

Essa postura contribuiu, ainda, para a renovação da linguagem jornalística e o nascimento de projetos editoriais inovadores sob a responsabilidade de profissionais identificados com os valores democráticos, casos de diários como o *Jornal do Brasil* e o *Jornal da Tarde*, e revistas como *Realidade*, *Veja*, *Isto É* e *Senhor*, no âmbito da grande imprensa, e de publicações da chamada imprensa alternativa como *Sol*, *Balão*, *Ex*, *Bondinho*, *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Versus*, *CooJornal*, *Em Tempo* e *Lampião*, entre outros.

A Comissão da Verdade dos Jornalistas de São Paulo considera que o trabalho realizado ao longo de dois anos é um ponto de partida para que a categoria realize uma investigação permanente sobre as graves violações aos direitos humanos antes, durante e depois da ditadura civil e militar de 1964-1985.

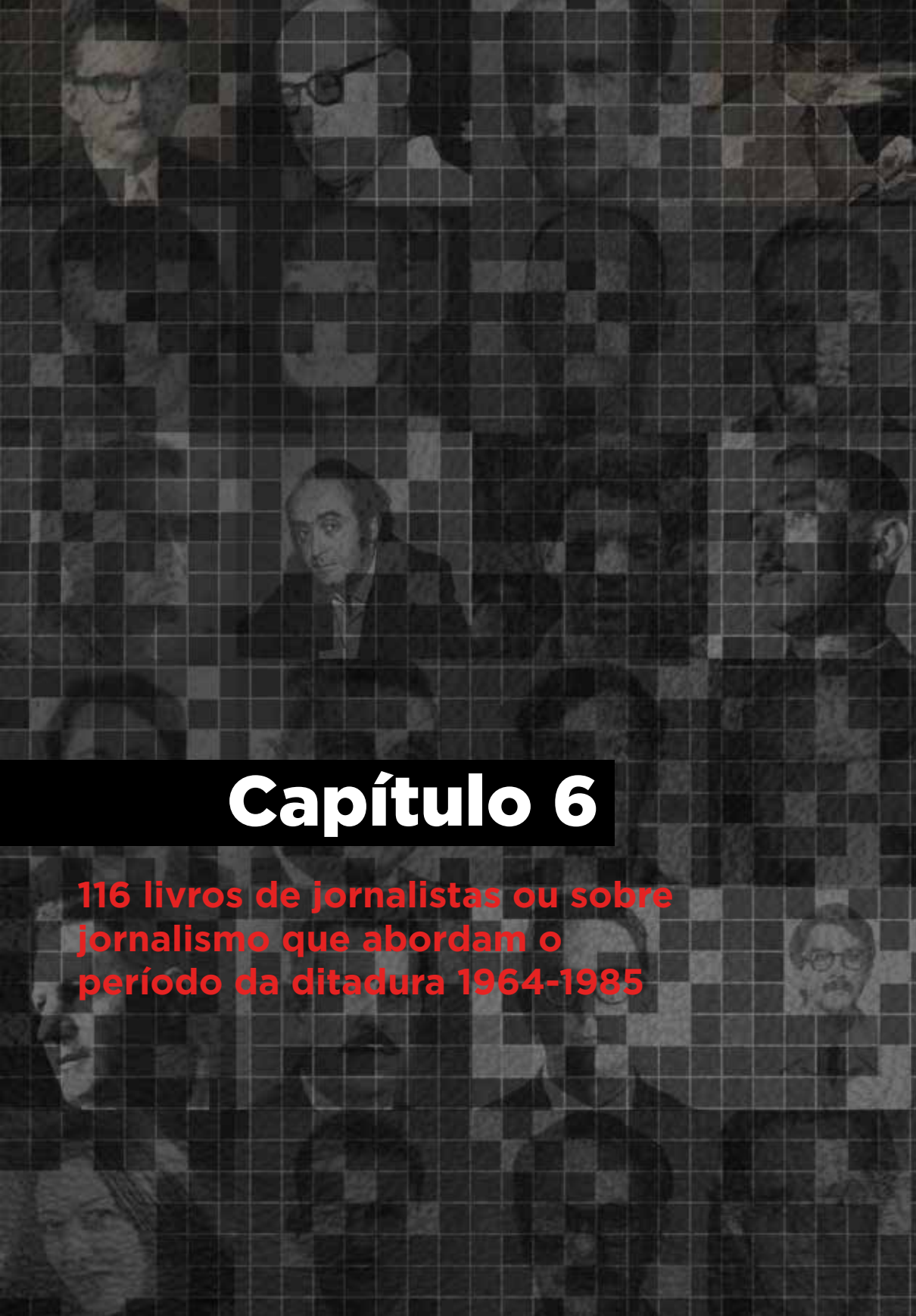
Recomendações:

- Dar prosseguimento ao registro de depoimentos de jornalistas que testemunharam ou foram protagonistas na resistência profissional e cidadã à ditadura civil e militar de 1964-1985, ampliando o conceito de mandato específico da Comissão da Verdade dos Jornalistas com esse objetivo para o de trabalho permanente de construção da memória comum dos jornalistas e sobre o papel do jornalismo em uma sociedade democrática.
- Fazer gestões junto aos órgãos competentes para transformar a sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, situada à Rua Rego Freitas 530, sobreloja, em Lugar de Memória e Consciência da cidade de São Paulo, onde deverão ser afixadas duas placas no auditório Vladimir Herzog: uma demarcando este espaço como fórum de resistência dos jornalistas e da sociedade civil durante a ditadura de 1964-1985 e a outra contendo uma réplica do manifesto assinado por 1004 jornalistas, em 1975, pedindo esclarecimentos sobre as circunstâncias da morte de Vladimir Herzog.
- Iniciar a montagem de uma biblioteca na sede da entidade com todos os livros de referência sobre o período escritos por jornalistas ou que tenham o jornalismo como objeto de estudo durante a ditadura.
- Sugerir à Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) que crie o fórum Direito à Verdade, à Memória e à Justiça, composto de todas as Comissões da Verdade dos Sindicatos de Jornalistas do país que realizaram trabalhos nesse sentido.

- Lançar uma campanha convidando os jornalistas a darem seus depoimentos sobre o impacto da ditadura em sua atividade profissional, política e pessoal – bem como em seus familiares que tenham sido afetados pela perseguição que sofreram na época.
- Criar grupos de trabalho na Fenaj - Federação Nacional dos Jornalistas e Sindicatos de Jornalistas dedicado à formação de jornalistas em direitos humanos e temas relacionados à memória política brasileira.
- Recomendar aos Departamentos Jurídicos das entidades de jornalistas que apurem as demandas trabalhistas que envolveram denúncias de perseguição política sofrida no âmbito das empresas, em especial demissões ilegais realizadas durante o período em que jornalistas estiveram presos na ditadura.
- Apurar, junto à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, o número de jornalistas que requereram anistia e reparação – financeira e/ou psicológica –, com vistas a convidá-los para que prestem depoimentos reservados ao grupo de trabalho que sucederá esta Comissão. A Comissão da Verdade dos Jornalistas de São Paulo entende que esses testemunhos terão grande valor histórico, considerando o grau de consciência desses colegas demonstrado ao demandarem o Estado brasileiro em defesa de seus direitos individuais.
- Tomando por base o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, propor ao Instituto Vladimir Herzog a formação de um banco de dados com as reportagens que abordaram o período da ditadura de 1964-1985 e seus impactos na vida brasileira.
- Propor à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça a produção de um livro, ou série de livros, contendo essas reportagens.
- Propor à Fenaj e aos Sindicatos dos Jornalistas que nomeiem seus espaços, como auditórios, salas de reunião e bibliotecas, com os 25 jornalistas assassinados pela ditadura de 1964-1985.
- Convidar jornalistas reconhecidos pelo seu protagonismo na resistência à ditadura para participar do desenvolvimento de um livro com os perfis dos 25 jornalistas mortos e/ou desaparecidos na ditadura, a ser lançado em outubro de 2016, durante a cerimônia anual de anúncio dos ganhadores do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

São Paulo, dezembro de 2014

Amadeu Memolo
 Milton Bellintani (coordenador)
 Priscilla Chandretti
 Priscilla Vierros
 Silvério Rocha Neto
 Vilma Amaro



Capítulo 6

116 livros de jornalistas ou sobre jornalismo que abordam o período da ditadura 1964-1985

A Comissão da Verdade dos Jornalistas de São Paulo apurou nada menos que 116 livros dedicados ao estudo dos impactos da ditadura escritos por jornalistas, ou de estudiosos de outras áreas, que abordaram como o jornalismo foi afetado pelo autoritarismo. Alguns deles foram lançados no calor da resistência ao regime, como o histórico *O Ato e o Fato*, de Carlos Heitor Cony, que contém crônicas escritas no ano de 1964; *Tortura*, de Antonio Carlos Fon, lançado em 1980, meses após a aprovação da Anistia, e que denunciou os crimes da ditadura; *Dossiê Herzog*, de Fernando Pacheco Jordão e Manoel Fiel Filho; *Quem vai pagar por este crime?*, de Carlos Alberto Luppi, ambos também com primeira edição em 1980; e *Iara*, de Judith Patarra, que pode ser considerado um dos primeiros grandes livros reportagem produzido sobre o período.

Essas publicações pioneiras certamente serviram de inspiração à mais de centena de livros que viriam depois delas. É possível imaginar que Mari ghella, de Mário Magalhães, teria a força de reportagem não fossem os ensinamentos das obras que o precederam? Ou que Elio Gaspari teria avançado em sua série sobre a ditadura sem conhecer as investigações anteriores realizadas por colegas? Provavelmente não.

Esta lista preliminar de 116 livros emblemáticos sobre o período contém dois que nasceram como trabalhos de conclusão de estudantes de jornalismo, incluídos neste relatório como exemplos do interesse das novas gerações de jornalistas em conhecer esse período da história política, reconhecimento pelo bom trabalho realizado e incentivo para que a chama da reportagem investigativa se mantenha viva entre os estudantes.

Com a divulgação desta lista, a Comissão da Verdade conta que colegas e pesquisadores contribuam para relacionar outras obras produzidas por jornalistas ou sobre o jornalismo na ditadura de 1964-1985, e aqui não listadas, formando uma bibliografia de referência para profissionais de imprensa e acadêmicos em geral.

1. 1964 - O Verão do Golpe. Roberto Sander (Maquinaria Editora, 2013)
2. 1968 Destinos 2008 - Passeata dos 100 mil. Evandro Teixeira (Textual, 2007)
3. 1968: o ano que não terminou. Zuenir Ventura (Editora Nova Fronteira, 1989 e 2006/Editora Planeta, 2008)
4. 1968: O que fizemos de nós. Zuenir Ventura (Editora Planeta 2009)
5. 70/80 - Cultura em trânsito: da repressão à abertura. Elio Gaspari, Heloísa Buarque de Hollanda e Zuenir Ventura (Aeroplano, 2000)
6. A casa da vovó - uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar: histórias, documentos e depoimentos inéditos dos agentes do regime. Marcelo Godoy (Alame da Casa Editorial, 2014)
7. A ascensão dos generais. Rodolfo Konder (Portugal - Editorial Caminho, 1977)
8. A Ditadura da Dívida. Bernardo Kucinski (Brasiliense, 1987)
9. A Ditadura Derrotada. Elio Gaspari (Companhia das Letras, 2003)

10. A Ditadura Encurralada. Elio Gaspari (Companhia das Letras, 2004)
11. A Ditadura Envergonhada. Elio Gaspari (Companhia das Letras, 2002)
12. A Ditadura Escancarada. Elio Gaspari (Companhia das Letras, 2002)
13. A Greve na Voz dos Trabalhadores - da Scania a Itu. Ricardo Moraes e Carlos Alberto de Noronha (Editora Alfa-Omega / Oboré, 1979)
14. A guerrilha de Caparaó. Gilson Rebello (Editora Alfa-Omega, 1980)
15. A Ilha. Fernando Morais (Editora Alfa-Omega, 1976)
16. A máfia manda flores - Mariel, o fim de um mito. Paulo Markun e Ernesto Rodrigues (Global Editora, 1981)
17. A Memória e o Esquecimento. Rodolfo Konder (Editora Global, 1997)
18. A Palavra e o Sonho. Rodolfo Konder Editora Global, 1999)
19. A regra do jogo. Cláudio Abramo (Companhia das Letras, 1999)
20. A rotativa parou! - Os últimos dias da Última Hora de Samuel Wainer. Benicio Medeiros (Civilização Brasileira, 2009)
21. Abraços que sufocam. Antonio Roberto Espinosa (Viramundo, 2000)
22. Adhemar de Barros - Trajetória e Realizações. Paulo Cannabrava Filho (Editora Terceiro Nome, 2004)
23. América, Latina - o trabalho fotográfico de Geraldo Guimarães. Geraldo Guimarães (Masao-Ono Editor, 1978)
24. Anistia Internacional - Uma Porta para o Futuro. Rodolfo Konder (Pontes Editora, 1988)
25. Aqui dentro - Páginas de uma memória: Carandiru. Maureen Bisiliat, Sophia Bisilliat, André Caramante e João Wainer (Imprensa Oficial, 2003)
26. As Capas desta História (Coleção Resistir é Preciso). Ricardo Carvalho [coordenador], José Luiz Del Roio, Vladimir Sacchetta e José Maurício de Oliveira (Instituto Vladimir Herzog, 2012)
27. As Duas Guerras de Vlado Herzog - Da Perseguição Nazista na Europa à Morte Sob Tortura no Brasil. Audálio Dantas (Civilização Brasileira, 2013)
28. As Manobras da Informação - Análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979). João Batista Abreu (Mauad Editora, 2000)
29. As Portas do Tempo. Rodolfo Konder (Editora Saraiva, 1996)
30. Autópsia do medo - Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Percival de Souza (Editora Globo, 2000)
31. Brazil Carnival of the oppressed. Bernardo Kucinski (Londres: Latina American Bureau, 1995)
32. Cadeia para os Mortos. Rodolfo Konder (Editora Alfa-Omega, 1977)
33. Cale-se - A saga de de Vannuchi leme / A USP como Aldeia Gaulesa / O show proibido de Gilberto Gil. Caio Túlio Costa (Red Editorial, 2014)
34. Cem Quilos de Ouro. Fernando Morais (Companhia das Letras, 2003)
35. Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978) - O exercício cotidiano da dominação e da resistência / O Estado de São Paulo e Movimento, Maria Aparecida de Aquino (EDUSC, 1999)

36. Chico Mendes: Crime e Castigo: Quinze anos depois, o autor volta ao Acre para concluir a mais premiada reportagem sobre o herói dos povos da floresta. Zuenir Ventura (Companhia das Letras, 2003)
37. Cidadania proibida – o Caso Herzog através da Imprensa. Lilian Maria Farias de Lima Perosa (Edições Imprensa Oficial e Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, 2001)
38. Comando das Trevas. Rodolfo Konder (Editora Global, 1978)
39. Corações Camponeses – Crimes do Estado Brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso de Emanuelle Herrera e Israel Dias (Edição dos Autores, 2014)
40. Crônicas da vida operária. Roniwalter Jatobá (Global Editora, 1980)
41. Cuba Hoje - 20 Anos de Revolução. Jorge Escosteguy (Editora Alfa-Omega, 1979)
42. D. Paulo Evaristo Arns, o Cardeal do povo. Getúlio Bittencourt e Paulo Markun (Editora Alfa-Omega 1978)
43. Desaparecidos políticos: prisões, seqüestros, assassinatos : artigos, entrevistas, documentos, reportagens, depoimentos, fotografias. Reinaldo Cabral, Ronaldo Lapa (Edições Opção, Comitê Brasileiro pela Anistia-RJ, 1979)
44. De Volta aos Canibais. Rodolfo Konder (Sequência Editorial, 1986)
45. Dossiê Herzog – prisão, Tortura e Morte no Brasil. Fernando Pacheco Jordão (Global Editora, 2005 – 6ª edição, revista e ampliada)
46. Eduardo Leite BACURI. Vanessa Gonçalves (Plena Editorial, 2011)
47. Ensaio Geral (Ficção). Antonio Marcello (Editora Alfa-Omega, 1978)
48. Erkundungen/Antologia. Rodolfo Konder (Alemanha, 1988)
49. Estação paraíso (poemas). Alipio Freire (Editora Expressão Popular, 2007)
50. Folha Explica Folha. Ana Estela de Sousa Pinto (PubliFolha, 2012)
51. Glória Roubada – O outro lado das Copas. Edgardo Martolio (Editora Figurati, 2014)
52. Guerra de Guerrilhas no Brasil. Fernando Portela (Global Editora, 1979)
53. Guerrilha do Araguaia – 1972-1982. Autor não especificado (Editora Anita Garibaldi, 1982)
54. Herança de um sonho: as memórias de um comunista. Marco Antônio Tavares Coelho (Editora Record, 2000)
55. Histórias que a bola esqueceu – A trajetória do Esporte Clube Metrópol e de sua torcida. José da Silva Jr. (CMM Comunicação, 1997)
56. Holocausto Brasileiro – Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil. Daniela Arbex (Geração Editorial, 2013)
57. Hóspede da Solidão. Rodolfo Konder (Hóspede da Solidão, 2000)
58. Iara – Reportagem biográfica. Judith Lieblich Patarra (Editora Rosa dos Tempos, 1992)
59. João sem Terra – Vereda de uma luta. Marcia Camarano (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República)
60. Jornal Movimento – Uma Reportagem. Carlos Azevedo, Marina Amaral

e Natália Viana (Manifesto Editora, 2011)

61. Jornalistas e Revolucionários. Bernardo Kucinski (Edusp, 1991)
62. K, Bernardo Kucinski (Expressão Popular, 2011)
63. Labirintos de Pedra. Rodolfo Konder (Editora Global, 2002)
64. Luta, Substantivo Feminino – Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura. Igor Ojeda e Tatiana Merlino, organizadores (Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2010)
65. Manoel Fiel Filho: quem vai pagar por este crime?. Carlos Alberto Luppi (Editora e Livraria Escrita, 1980)
66. Marighella – O guerrilheiro que incendiou o mundo. Mário Magalhães (Companhia das Letras, 2012)
67. Massacre na Lapa – Como o Exército liquidou o Comitê Central do PC do B, São Paulo 1976. Pedro Estevam da Rocha Pomar (Editora Fundação Perseu Abramo, 2006)
68. MATA! - O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia. Leonêncio Nossa (Companhia das Letras, 2012)
69. Memórias de uma guerra suja. Depoimento de Claudio Guerra a Marcelo Netto e Rogério Medeiros (TopBooks, 2012)
70. Meu Querido Vlado – A História de Vladimir Herzog e do Sonho de uma Geração. Paulo Markun (Editora Objetiva, 2005)
71. Militarismo y Imperialismo en el Brasil. Paulo Cannabrava Filho (Editora Tiempo Contemporaneo, 1970)
72. Minha razão de viver – Memórias de um repórter. Samuel Wainer (Editora Record, 2000 – 17ª edição)
73. No Olho do Furacão: América Latina nos anos 60 / 70. Paulo Cannabrava Filho (Cortez Editora, 2003)
74. O ato e o fato. Carlos Heitor Cony (Civilização Brasileira, 1964 e 1984/ Editora Objetiva, 2004)
75. O Baú do Guerrilheiro – Memórias da luta armada urbana no Brasil. Ottoni Fernandes Júnior (Editora Record, 2004)
76. O cardeal e o repórter – histórias que fazem história. Ricardo Carvalho (Global Editora, 2010)
77. O caso dos nove chineses. Cíça Guedes e Murilo Fiuza (Editora Objetiva, 2014)
78. O fim da Ditadura Militar. Bernardo Kucinski (Editora Contexto, 2001)
79. O Livro Negro da Ditadura Militar. organização de Divo Guisoni (Fundação Maurício Graboys e Editora Anita Garibaldi, 2014)
80. O país transtornado – Memórias do Brasil recente. Milton Saldanha (Editora Movimento, 2012)
81. O papel do Jornal – uma releitura. Alberto Dines (Summus Editorial 1986 – 6ª edição)
82. O Rio da Nossa Loucura. Rodolfo Konder (Editora Saraiva, 1994)

83. O Veterano de Guerra. Rodolfo Konder (Editora Ibla, 1988)
84. Operação Condor - O Sequestro dos uruguaios / Uma reportagem dos tempos da ditadura. Luiz Cláudio Cunha (L&PM Editores, 2008)
85. Os Cartazes desta História - Memória gráfica da Resistência à ditadura militar e da redemocratização (1964-1985) (Coleção Resistir é Preciso). Vladimir Sacchetta [organização], José Luiz Del Roio e Ricardo Carvalho (Escrituras/Instituto Vladimir Herzog, 2013)
86. Os protagonistas desta história - A imprensa alternativa, clandestina e no exílio, no período 1964-1979 (do golpe à Anistia) (Coleção Resistir é Preciso / Livreto + 12 DVDs). Ricardo Carvalho [editor de conteúdo] (Instituto Vladimir Herzog, 2012)
87. Palavras Aladas. Rodolfo Konder (Scortecci Editorial, 1988)
88. Para um Jornalismo Responsável. Paulo Cannabrava Filho (Apijor, 2005)
89. Passaporte sem carimbo. Antonio Callado (Avenir Editora, 1978)
90. Pau de Arara, La Violence Militaire au Brezil. Bernardo Kucinski (França: Cahiers Libres, 1971)
91. PC Linha Leste. Antonio Carlos Felix Nunes (Editora Livramento, 1980)
92. Pedro Pomar, Luis Makloun, João Amazonas, Clóvis Moura, Arnaldo Mendez, Wladimir Pomar e Pedro Pomar (Editora Brasil Debates, 1980)
93. Personagens do caso Herzog - Três Décadas Depois. Trabalho de Conclusão de Curso de Fabrício Calado Moreira, Mateus Munin e Ricardo Matsumoto Tommasini (Edição dos Autores, 2004)
94. Por Que Eu Traí - Confissões de Cabo Anselmo. Octávio Ribeiro [Pena Branca] (Global Editora, 1984)
95. Quem derrubou João Saldanha. Carlos Ferreira Vilarinho (Livrosdefutebol.com, 2010)
96. Querida família. Flávia Schilling (Editora CooJornal, 1978)
97. Raphael Martinelli - Estações de Ferro. Roberto Gicello Bastos (2014)
98. Rastros na Neve - Viagens de um Jornalista. Rodolfo Konder (Edições UniFMU, 2005)
99. Repressão e resistência - Censura a Livros na Ditadura Militar. Sandra Reimão (Edusp/FPESP, 2011)
100. Rota 66 - A história da polícia que mata. Caco Barcellos (Editora Record, 2012 - 14ª edição)
101. Semeadores da Utopia - A história do Cepis - Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae. Bárbara Lopes (Expressão Popular, 2013)
102. Sob o comando das trevas. Rodolfo Konder (Portugal - Editorial Caminho, 1978)
103. Socos na porta. Fernando Moraes (Editora Alfa-Omega, 1980)
104. Soledad no Recife. Urariano Mota (Boitempo Editorial, 2009)
105. Sombras no Espelho. Rodolfo Konder (Edições UniFMU, 2006)

106. Tempo de Ameaça. Rodolfo Konder (Ed. Alfa-Omega, 1978)
107. Tempo de reportagem – Histórias que marcaram época no jornalismo brasileiro. Audálio Dantas (Leya, 2012)
108. Tiradentes, um presídio da ditadura – Memórias de presos políticos. Alipio Freire, Izaías Almada e J.A. de Granville Ponce, organizadores (Scipione Cultural, 1997)
109. Tortura – A história da repressão política no Brasil. Antonio Carlos Fon (Global Editora, 1979)
110. Transamazônica. Fernando Moraes (Editora Brasiliense, 1970)
111. Travessias Torturadas – Direitos Humanos e ditadura no Brasil 1964-1985. Dermi Azevedo (Offset Editora, 2012)
112. Um trabalhador da notícia – textos de Perseu Abramo. Organização de Bia Abramo (Editora Fundação Perseu Abramo (1997)
113. Vala Clandestina de Perus – Desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira. Ivan Seixas e outros autores (Instituto Macuco, 2012)
114. Veja sob censura – 1968-1976. Maria Fernanda Lopes de Almeida (Editora Jaboticaba, 2008)
115. Versões e Ficções: o sequestro da história. Elio Gaspari e Daniel Reis Filho (Editora Perseu Abramo, 1997)
116. Vlado - retrato de um homem e de uma época. Paulo Markun (Brasiliense, 1985)



Anexos

Anexo A - Ato de criação da Comissão Verdade, Memória e Justiça do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

Art.1º - Fica criada no âmbito interno ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo a Comissão da Verdade, Memória e Justiça do Sindicato dos Jornalistas (CVMJ-SP), conforme deliberação da reunião de Diretoria Executiva de 30 de julho de 2012, referendada pela reunião da Diretoria Plena de 18 de agosto de 2012 e pelo 14º Congresso Estadual dos Jornalistas, realizado entre os dias 21 e 23 de setembro de 2012.

Art.2º - A finalidade da CVMJ-SP é esclarecer violações aos direitos humanos praticados contra jornalistas ou em situações a eles afeitas abrangendo o mesmo período fixado para a Comissão Nacional da Verdade, ou seja, de 1946 à 1988.

Parágrafo único - O prazo de duração dos trabalhos da CVMJ-SP é de dois anos, podendo ser prorrogado a critério da Comissão e do Sindicato dos Jornalistas.

Art.3º - A CVMJ-SP será representada oficialmente pelo presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo e coordenada por quatro (4) jornalistas convidados pela diretoria executiva.

Parágrafo único - O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo nomeará, a seu critério, um grupo de trabalho para auxiliar a Comissão em suas ações.

Art.4º - São objetivos da CVMJ-SP:

I - Reunir artigos, matérias, reportagens, documentos e entrevistas censuradas no período a fim de estabelecer a verdade histórica.

II - Esclarecer casos de tortura, prisões, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria em casos envolvendo jornalistas e profissionais da comunicação.

III - Circunstanciar casos de perseguições políticas, sindicais, profissionais e de violações de direitos humanos contra jornalistas relacionadas às suas atividades, fora ou no interior das empresas.

IV - Esclarecer casos de violação à liberdade de imprensa, de opinião e de atividade sindical no período supracitado.

Art.5º - Para cumprir seus objetivos a CVMJ-SP poderá:

I - Convidar jornalistas, ou profissionais de outras áreas, para prestar depoimentos, testemunhos ou entrevistas sobre os fatos de interesse da CVMJ-SP, bem como doar e fornecer documentos e arquivos pessoais à Comissão.

II - Coletar depoimentos e informações sobre atentados aos direitos huma-

nos praticados contra jornalistas ou que envolveram atividades do setor da comunicação.

III – Receber documentos e matérias que foram alvo de censura nos órgãos de imprensa.

Art.6º – As conclusões, levantamentos e informações obtidas pela CVMJ-SP serão oferecidas subsidiariamente à Comissão Nacional da Verdade da Fenaj, cabendo a ela o uso como melhor lhe aprouver.

Art.7º – As reuniões da CVMJ-SP poderão ser abertas ao público ou de caráter sigiloso, a critério de seus integrantes ou a pedido de seus depoentes.

Art.8º – Os integrantes CVMJ-SP não serão remunerados, sendo, no entanto, seu trabalho considerado de relevância histórica para o resgate do período de arbítrio e para a história do Sindicato dos Jornalistas.

Art.9º – Para executar suas atividades a CVMJ-SP poderá celebrar parcerias com entidades de direitos humanos, de ensino, órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais e promover intercâmbio de informações e documentos.

Art. 10º – O resultado dos trabalhos da CVMJ-SP será publicizado para a categoria e à sociedade civil, objetivando restabelecer a verdade histórica.

Anexo B - Termo de Cooperação que entre si celebram a Comissão Nacional da Verdade e a Comissão da Verdade dos Jornalistas Brasileiros

A Comissão Nacional da Verdade - CNV, instituição criada pela Lei nº 12528, de 18.11.2011, com sede em Brasília, no Distrito Federal, no Centro Cultural do Banco do Brasil - CCBB, 2º andar, Portaria 1, Setor de Clubes Sul - SCES, trecho 2, lote 22, CEP 70.200-002, neste ato representada pelos membros Paulo Sérgio Pinheiro, coordenador da CNV, José Carlos Dias, Rosa Cardoso, Maria Rita Kehl e José Paulo Cavalcanti Filho na forma do inc. VII do art. 4º da Lei nº 12.528/2011 e art. 11 do Regimento Interno, doravante denominada CNV, e, de outro lado, a Comissão da Verdade dos Jornalistas Brasileiros, com sede em São Paulo, neste ato representada pelos membros Audálio Dantas, presidente da Comissão, Nilmário Miranda, Sérgio Murilo de Oliveira, Carlos Alberto de Oliveira, e pela membro Rosemary Nogueira resolvem firmar o presente Termo de Cooperação, que será regido pelas seguintes cláusulas:

PRIMEIRA - Do objeto.

O presente termo de cooperação tem por objetivo promover a mútua colaboração entre os ora contraentes, para a apuração e esclarecimento de graves violações de direitos humanos praticadas no País, no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica (e promover a reconciliação nacional).

Parágrafo único - Tais objetivos se inserem, no âmbito nacional, às atribuições da CNV, ficando estabelecida a realização desta parceria com a Comissão da Verdade dos Jornalistas Brasileiros para atingir os objetivos mencionados na lei nº 12.528/2011. (art. 4º, inc. VII, da referida Lei).

SEGUNDA - Das atribuições dos partícipes.

Compete aos partícipes:

- a) Exercer a articulação interinstitucional, nos âmbitos federal, estadual e municipal - ou com a sociedade civil -, para o levantamento de dados, informes e documentos referentes às violações de direitos humanos ocorridas, no período assinalado, no País, de modo a que esse material possa compor ou subsidiar o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, em suas conclusões e recomendações (art. 11, da Lei nº 12.528/2011);
- b) Desenvolver trabalhos conjuntos com segmentos da sociedade civil organizada em todo Brasil, para a obtenção de dados, documentos e informações, referentes à violação de direitos humanos ocorridas no período;
- c) Aprofundar a análise do impacto causado pelos atos de exceção no exercí-

cio da profissão de jornalista, os efeitos da censura e os atentados à liberdade de expressão;

d) Apresentar referidos dados, documentos, informes, resultados ou conclusões, de modo a que, ao final, possam subsidiar a feitura do relatório, os quais serão após transferidos ao Arquivo Nacional ou arquivo público participante da rede que integra o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas, criado pela Portaria Casa Civil/PR nº 204, de 13 de maio de 2009, para o fim de pesquisa e conscientização de governantes e governados das consequências nefastas da ruptura do Estado de Direito, da democracia ou da institucionalidade constitucional.

TERCEIRA – Dos trabalhos.

Para a realização dos trabalhos, os parceiros atuarão em conjunto ou isoladamente para que haja intercâmbio de dados, informes e documentos. Na realização desses trabalhos poderão contar com a colaboração de outras entidades públicas e de organizações da sociedade civil.

Parágrafo primeiro – Cada parte, em suas atividades, poderá resguardar o sigilo, seja para não prejudicar a apuração da verdade real, seja para resguardar a intimidade, a vida privada, a honra ou a imagem de pessoas (art. 5º, da Lei 25.528/2011).

Parágrafo segundo – Caso haja o compartilhamento de informações, documentos e atividades, que se entendam ser sigilosos, comunicará uma parte à outra, a fim de que o sigilo seja mantido, para não prejudicar as investigações.

QUARTA – Dos recursos.

Não haverá transferência de recursos entre os partícipes para a execução do presente termo. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como serviços de terceiros, pessoal, deslocamentos, coleta de depoimentos, realização de audiências públicas ou outros correrão por conta das dotações constantes dos respectivos orçamentos.

QUINTA – Da vigência

O presente termo terá vigência até 15 de maio de 2014 (art. 11 da Lei nº 12.528/2011).

SEXTA – Da alteração ou modificação.

Este termo poderá ser modificado em qualquer de suas cláusulas, exceto quanto ao seu objeto e desde que não viole a Lei 12.528/2011 e as regras estabelecidas pela Federação Nacional dos Jornalistas-Fenaj.

SÉTIMA - Os casos omissos.

Os casos omissos serão tratados e resolvidos, de comum acordo, entre a CNV e a Comissão da Verdade dos Jornalistas Brasileiros.

OITAVA - Da Publicação.

Este Termo de Cooperação entra em vigor na data de sua publicação.

Assim, por estarem justos e acordados, firmam o presente em 3 (três) vias, de igual teor.

Brasília, 25 de fevereiro de 2013.

Anexo C - Atividades da Comissão da Verdade dos Jornalistas de São Paulo

A Comissão da Verdade dos Jornalistas focou seus trabalhos em ouvir jornalistas que tiveram papel relevante na resistência à ditadura ou que foram testemunhas de episódios importantes no período. É o caso dos fotógrafos Geraldo Guimarães e Sérgio Tafner Jorge, que trabalhavam respectivamente nas revistas *Veja* e *Manchete* quando do assassinato de Carlos Marighella, em 4 de novembro de 1969. Os relatos de ambos divergem sobre as circunstâncias da morte do líder da Ação Libertadora Nacional (ALN). Enquanto Jorge corrobora a versão de que Marighella teria sido morto na Alameda Casa Branca, Guimarães afirma que a cena da morte foi forjada e que o militante histórico teria sido levado já sem vida para o local.

A Comissão da Verdade listou 25 casos de jornalistas profissionais, ou de militantes responsáveis pela comunicação clandestina de suas organizações, que foram assassinados durante a ditadura. Destes, 18 figuram na lista de desaparecidos políticos. Os familiares de Antônio Benetazzo, inicialmente enterrado como indigente no Cemitério de Perus, na Região Metropolitana de São Paulo; de Joaquim Câmara Ferreira; Luiz Eduardo da Rocha Merlino, cujo corpo sem identificação foi reconhecido no Instituto Médico-Legal; Pedro Pomar, enterrado pela ditadura com nome falso no Cemitério de Perus, mas cujos restos foram resgatados pela família – assim como ocorreu com Rui Osvaldo Aguiar Pftezenreuter; Vladimir Herzog; e Wânio José de Mattos, que morreu no Hospital de Campanha improvisado no entorno do Estádio Nacional de Santiago do Chile, onde foi detido após o golpe de 1973, puderam sepultar seus entes queridos.

Benetazzo e Vlado foram assassinados no DOI-Codi de São Paulo, onde Merlino foi torturado até quase a morte – consumada no Hospital Geral do Exército. Câmara Ferreira morreu sob tortura no centro clandestino conhecido como Sítio 31 de Março, no bairro de Parelheiros, em São Paulo, que pertencia ao delegado e torturador Sérgio Paranhos Fleury.

A Comissão da Verdade elaborou, ainda, uma lista com 115 livros reportagem ou autobiográficos escritos por jornalistas ou sobre jornalismo, com vistas à formação de uma biblioteca de referência que apoie o trabalho de investigação sobre os Anos de Chumbo por jornalistas, escritores, historiadores, advogados, organizações da sociedade civil, sítios de memória e consciência, museus e pesquisadores em geral. A Comissão considera que as obras escritas ainda no período ditatorial representam os primeiros trabalhos de denúncia e apuração dos crimes da ditadura e que os produzidos após 1985 representam a reafirmação do compromisso pelo Direito à Verdade, à Memória e à Justiça.

■ | Expediente

Diretoria Executiva

Presidente: Paulo Leite Moraes Zocchi

Secretário Geral: André Luiz Cardoso Freire

Secretária de Finanças: Cândida Maria Rodrigues Vieira

Secretário do Interior e Litoral: José Eduardo de Souza

Secretária de Cultura e Comunicação: Lillian Mary Parise

Secretária de Relações Sindicais e Sociais: Clélia Cardim (Telé)

Secretária de Sindicalização: Ana Flávia Marques da Silva

Secretário Jurídico e de Assistência: Vitor Ribeiro

Secretária de Ação e Formação Sindical: Evany C. Francheschi Sessa

Conselho de Diretores

Alan Felisberto Rodrigues, Vladimir Francisco de Miranda Filho, Thiago Cian-ga Tanji, Ricardo Vital, José Augusto Camargo, Ana Maria Minadeo de Moura, Michele Barros, Priscila Chandretti Vicente Vaz e Edvaldo Antonio de Almeida

Diretores Regionais

ABCD: Peter Suzano Silva

Bauru: Sérgio Luis Pais de Oliveira

Campinas: Agildo Nogueira Júnior

Piracicaba: Martim Vieira Ferreira

Ribeirão Preto: José Francisco Pimenta

Santos: Glauco Ramos Braga

São José do Rio Preto: Sérgio Sampaio

Sorocaba: Fabiana Caraméz

Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira: Fernanda Soares Andrade

Oeste Paulista: Tânia Brandão

Conselho Fiscal

Titulares: Rose Nogueira, James Membribes Rúbio e Flávio Carrança

Suplentes: Raul Antonio Varassin e Sylvio Micelli

Comissão de Registro e Fiscalização (Corfep)

Titulares: Alan Ricardo Covas, Douglas Amparo Mansur e Marlene Bergamo

Suplentes: Solange Aparecida Melendez e Márcia Quintanilha

Diretores de Base

ABCD: Carlos Eduardo Bazilevski, Érica Aragão Peixoto, Manoel Alves dos Santos, Vilma Amaro e Roberto Parizotti

Bauru: Ricardo Epifânio de Santana, Luis Victorelli, Ieda Cristina Borges e Jo-anna Brandão P. de Andrade

Campinas: Hugo A. Gallo Mantellato, Fernanda de Freitas, Marcos R. Alves e Manoel de Brito F. Neto

Oeste Paulista: Altino Oliveira Correia, Everton dos Santos, Sérgio Borges e José dos Reais

Piracicaba: Adriana Ferezim dos Santos, Patricia Moraes Sant'ana Amancio, Paulo Roberto Botão, Poliana Salla Ribeiro e Vanderlei Antonio Zampaulo

Ribeirão Preto: Aureni Menezes, Antonio Claret Gouvea, David Batista Radesca, Fábio Lopes, Nilton Pinat Júnior e Ronaldo Augusto Maguetas

Santos: Carlos Alberto Ratton, Diogo de Oliveira Caixote, Denise Beatriz Neves, Eraldo José dos Santos, Emerson Pereira Chaves, Reynaldo Salgado e Luigi Bongiovanni

São José do Rio Preto: José Luis Lançoni, Igor Sorenti e Jocelito Paganelli, Harley Pacola e Arnaldo de Freitas Vieira.

Sorocaba: Aparecida Vitalina Muniz, José Antonio Rosa e Riana Kelly Pires Martins

Vale do Paraíba: Bruna Briti Vieira Guimarães, Camões Ribeiro do Couto Filho, Nilton Cardim e Vanessa Gomes de Paula.

Comissão de Ética: Denise Fon, Roland Marinho Sierra, Flávio Tiné, Fernando Jorge, Antonio Funari Filho, João Luis Marques, Franklin Valverde, Lúcio França, Rodrigo Sérvulo.

Acesse outras publicações, informações e notícias
no site e nas redes sociais do
Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

www.sjsp.org.br

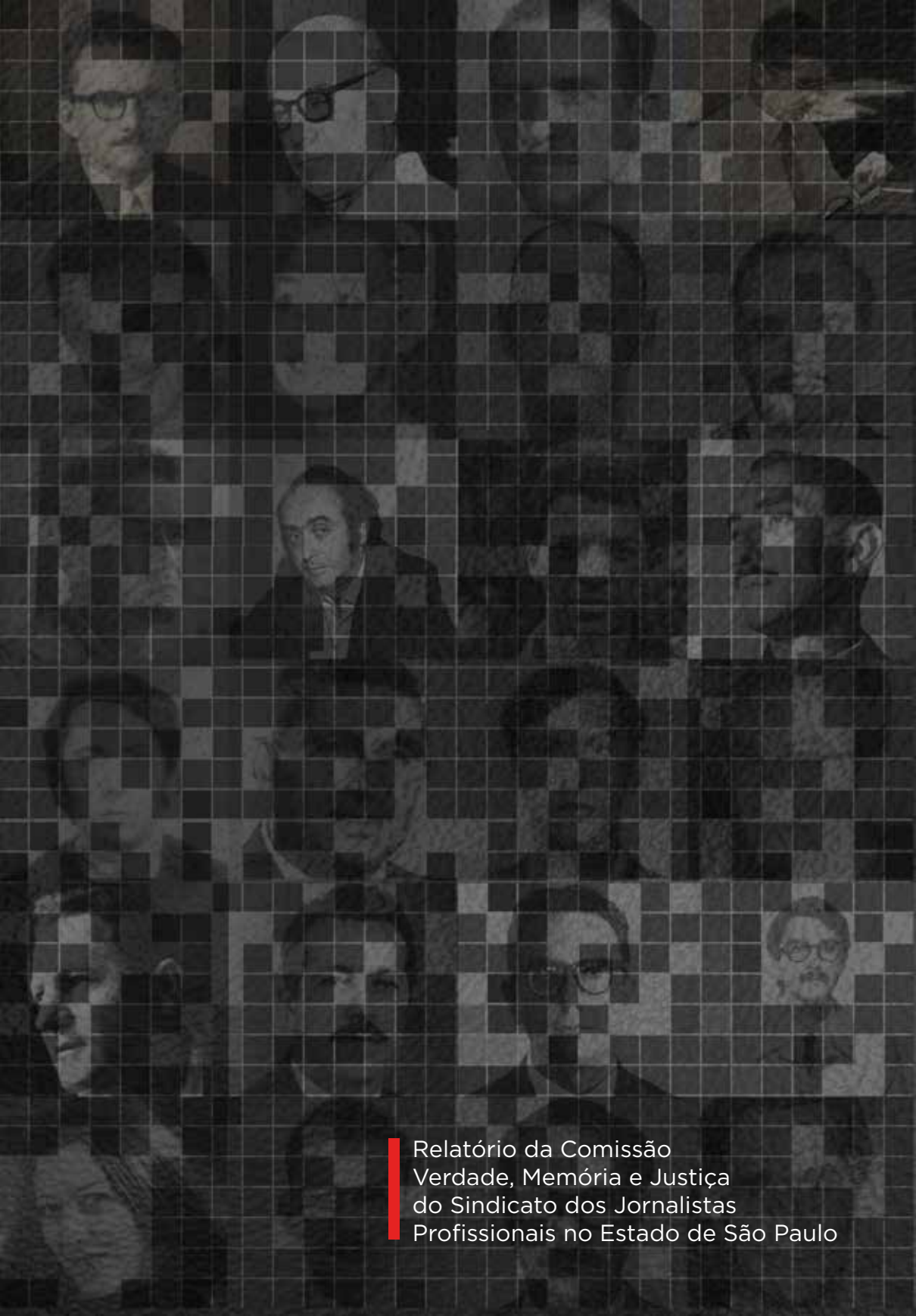


/SindicatoJornalistasSP



/JornalistasSP

Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo
Rua Rego Freitas nº 530 - Sobreloja - República
CEP 01220-010 - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3217-6299
E-mail: jornalista@sjsp.org.br



Relatório da Comissão
Verdade, Memória e Justiça
do Sindicato dos Jornalistas
Profissionais no Estado de São Paulo